

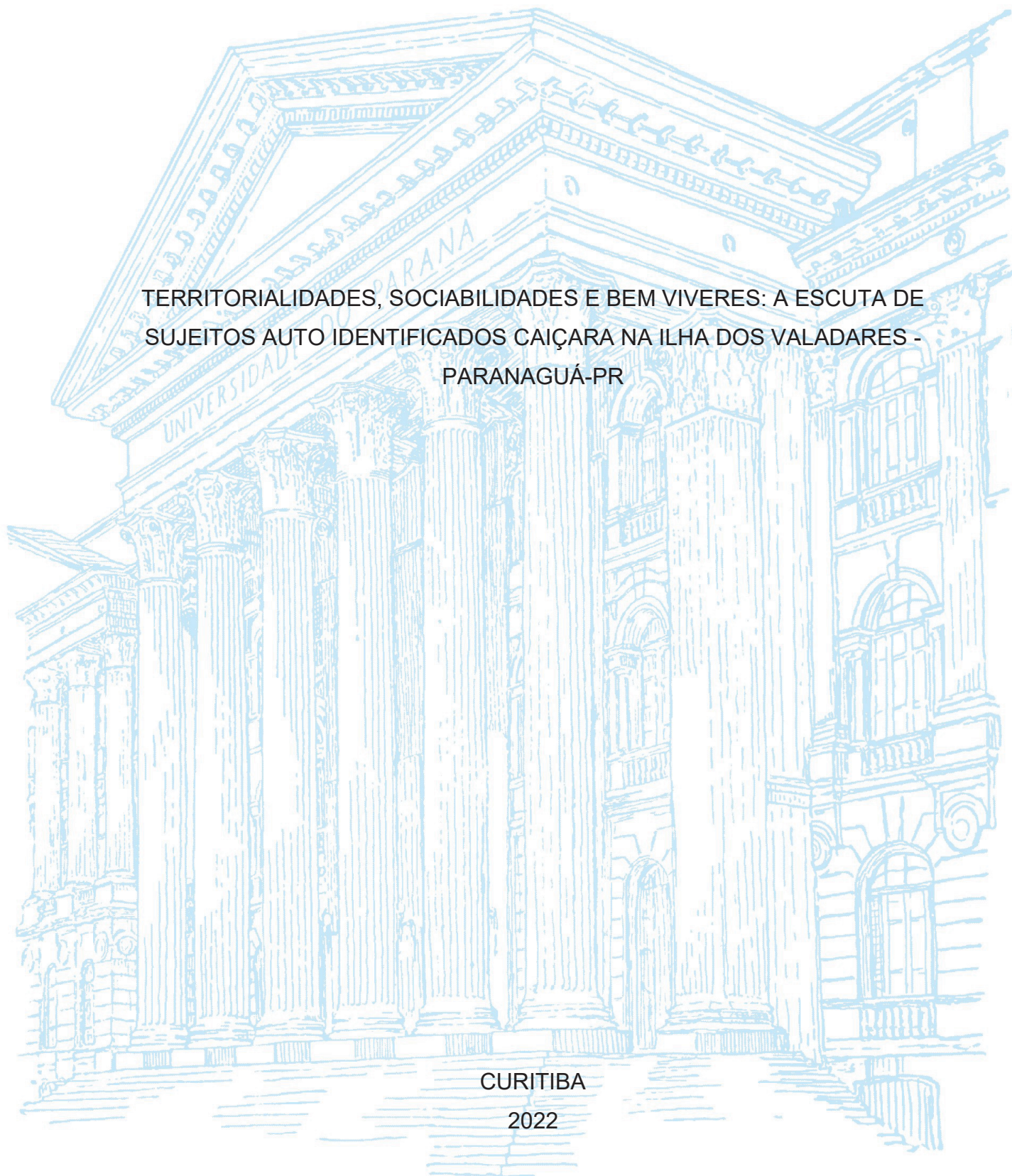
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO

TERRITORIALIDADES, SOCIABILIDADES E BEM VIVERES: A ESCUTA DE  
SUJEITOS AUTO IDENTIFICADOS CAIÇARA NA ILHA DOS VALADARES -  
PARANAGUÁ-PR

CURITIBA

2022



JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO

TERRITORIALIDADES, SOCIABILIDADES E BEM VIVERES: A ESCUTA DE  
SUJEITOS AUTO IDENTIFICADOS CAIÇARA NA ILHA DOS VALADARES -  
PARANAGUÁ-PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE – Linha: Epistemologia Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Mayra Taiza Sulzbach

Coorientador: Prof. Dr. Clovis Ultramari

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Felisbino, Janelize Nascimento

Territorialidades, sociabilidades e bem viveres: a escuta de sujeitos auto identificados caiçara na Ilha dos Valadares - Paranaguá - PR / Janelize Nascimento Felisbino. – Curitiba, 2022.  
1 recurso online: PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Mayra Taiza Sulzbach  
Coorientador: Prof. Dr. Clovis Ultramari

1. Caiçara. 2. Migração. 3. Sociabilidade. I. Sulzbach, Mayra Taiza. II. Ultramari, Clovis. III. Universidade Federal do Paraná. Programa Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. IV. Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO** intitulada: **Territorialidades, sociabilidades e bem viveres: a escuta de sujeitos auto identificados Caiçaras na Ilha dos Valadares - Paranaguá - PR**, sob orientação da Profa. Dra. MAYRA TAIZA SULZBACH, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica

30/08/2022 20:19:37.0

MAYRA TAIZA SULZBACH

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/08/2022 14:16:13.0

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU)

Assinatura Eletrônica

30/08/2022 14:45:37.0

MARCOS AURÉLIO SAQUET

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Mayra Taiza Sulzbach, orientadora desta pesquisa, pelo incentivo, desafios, motivação e ser inspiração; das horas dedicadas às correções e escrita de comentários importantes para a reflexão.

Ao professor Clóvis Ultramari, co-orientador, pelo aceite do desafio de coorientar.

Aos professores membros da banca, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Marcos Aurélio Saquet, pelo aceite do convite de participar da qualificação e defesa.

As queridas pessoas que narraram suas histórias de vida e percepções, auto identificadas caiçaras, com generosidade abriram os portões de suas casas e cederam tempo para conversar.

A pessoa que me ajudou com o processo de identificar possíveis entrevistados no bairro, a “mulher do comércio”.

A minha esposa Marina Ponce, companheira de vida, que comigo caminhou enchendo-me de motivação, mesmo quando pensava que não daria conta, lá estava ela lado a lado me dando a mão.

A todas minhas amigas e familiares pelo apoio.

Ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE)  
A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)  
pelo apoio financeiro.

A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais.

Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos.

Ailton Krenak (2020a, págs. 31 e 33)

Ideias para adiar o fim do mundo

Um amigo meu uma vez me disse o seguinte: 'Nós, os brancos, não contamos coisas do mundo adulto para as crianças para não assustá-las'. Eu disse para ele: 'Olha, o povo indígena conta tudo para as crianças para que elas não vivam assustadas'. Para que eles sejam seres vivos em uma Terra Viva, e não seres dormindo em uma Terra viva.

Ailton Krenak (2020b, pg.23)

Caminhos para a cultura do Bem Viver

## RESUMO

Vivemos em um mundo de incertezas, onde o medo do futuro se faz presente. As incertezas afloram em meio a uma crise socioecológica global que coloca em risco o futuro do Homem enquanto habitante do Planeta Terra, parte do que parece ser um desequilíbrio nas relações entre a sociedade-natureza e sociedade-sociedade, que aprofundam um fosso de desigualdades sociais e destruição da Natureza, intensificado a partir de um modelo de desenvolvimento que se propagou como hegemônico na metade do século XX. Foi procurando contestar o reducionismo cultural, que parece, e muitos autores afirmam, ter decorrido de um modelo único de desenvolvimento, que a presente dissertação tem sua pesquisa inspirada em parcela da população brasileira, designada de caiçara. O objetivo geral da pesquisa foi colocar em diálogo o caiçara, indivíduo de população tradicional, mas que vive no urbano, com conceitos estruturantes: territorialidade, sociabilidade e Bem Viver. Os resultados são apresentados em formato de artigo, cada qual com introdução, revisão teórica, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências. O primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica do caiçara que permitiu identificar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). O segundo capítulo apresenta a pesquisa empírica por meio da história oral desenvolvida com indivíduos que se auto identificavam caiçara, migrante da baía de Paranaguá ou de Guaraqueçaba, residente na Ilha dos Valadares, investigando expressões de sociabilidade cujas memórias transitam entre o passado e o presente. O terceiro capítulo apresenta também pesquisa empírica com os mesmos sujeitos, a fim de exercitar a reflexão sobre o que seria o Bem Viver caiçara frente à modernidade. Por fim, apresenta uma síntese e considerações finais de conclusão desta dissertação.

Palavras-chave: Caiçara. Migração. Urbano. Sociabilidades. Bem Viver.

## ABSTRACT

We live in a world of uncertainties, where fear of the future is present. The uncertainties emerge in the midst of a global socio-ecological crisis that puts at risk the future of mankind as inhabitants of Planet Earth, based on what seems to be an imbalance in the relations between society-nature and society-society, which deepen a gap of social inequalities and destruction of nature, intensified from a development model that was propagated as hegemonic in the mid-twentieth century. It was seeking to contest the cultural reductionism, which seems, and many authors affirm, to have resulted from a single development model, that the present dissertation has its research inspired by a portion of the Brazilian population, called *caiçara*. The general objective of the research was to put in dialogue the *caiçara*, an individual from a traditional population, but who lives in the urban area, with structuring concepts: territoriality, sociability and Living Well. The results are presented in the form of an article, each with an introduction, theoretical review, methodological procedures, results, final considerations and references. The first chapter presents the literature review of the *caiçara* that allowed us to identify processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialization (TDR). The second chapter presents the empirical research through oral history developed with individuals who identified themselves as *caiçara*, migrants from the Bay of Paranaguá or Guaraqueçaba, residing in the Valadares Island, investigating expressions of sociability whose memories transit between the past and the present. The third chapter also presents empirical research with the same subjects, in order to exercise reflection on what would be the *caiçara*'s Good Living in face of modernity. Finally, it presents a synthesis and final considerations to conclude this dissertation.

Keywords: *Caiçara*. Migration. Urban. Sociabilities. Living Well.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIDADE DAS ENTREVISTAS.....	55
FIGURA 2 - LUGAR DE ORIGEM DOS SEIS ENTREVISTADOS.....	57
FIGURA 3 - ESQUEMA PERCORRIDO ATRAVÉS DA TÉCNICA “BOLA DE NEVE”.....	59

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- ALGUMAS DIFERENÇAS CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E SEUS DERIVADOS – HAESBAERT E SAQUET .....	25
QUADRO 2. SÍNTESE DOS PROCESSOS DE TDR PELO SUJEITO CAIÇARA ....	39
QUADRO 3 - DADOS DO(A)S ENTREVISTADO(A)S .....	59
QUADRO 4. DADOS DO(A)S ENTREVISTADO(A)S DA ILHA DOS VALADARES .	83
QUADRO 5. SÍNTESE SOBRE ASPECTOS DE UM BEM VIVER E DE UM VIVER BEM .....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

CPF	- Cadastro de Pessoa Física
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PPGMADE	- Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
RG	- Registro Geral conhecido também como Carteira de identidade.
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
OBJETIVOS .....	16
Objetivo geral .....	16
Objetivos específicos .....	16
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	16
REFERÊNCIAS .....	18
<b>1 CAIÇARA: IDENTIDADE QUE PERMANECE NOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO</b> .....	<b>20</b>
INTRODUÇÃO .....	20
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	21
1.2 O TERRITÓRIO E OS PROCESSOS TDR NAS IDENTIDADES .....	22
1.3 O CAIÇARA .....	26
1.4 TRAÇOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SUJEITO CAIÇARA .....	29
1.5 TRAÇOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DO SUJEITO CAIÇARA .....	33
1.6 TRAÇOS DA RETERRORIZAÇÃO DO SUJEITO CAIÇARA .....	36
1.7 SÍNTESE DO PROCESSO TDR DO SUJEITO CAIÇARA .....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
REFERÊNCIAS .....	41
<b>2 SOCIABILIDADES DE SUJEITOS CAIÇARAS, MIGRANTES, NA ILHA DOS VALADARES – PR</b> .....	<b>45</b>
INTRODUÇÃO .....	45
2.1 EXPRESSÕES DE SOCIABILIDADES .....	47
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	53
2.3 SOCIABILIDADES DEFININDA POR DIFERENTES ESPAÇOS DA VIDA: MEMÓRIAS DE SUJEITOS CAIÇARAS .....	60
2.3.1 Memórias de sociabilidades nas comunidades caiçaras pelo sujeito caiçara ..	60
2.3.2 Memórias de sociabilidades urbanas pelo sujeito caiçara .....	64
2.3.3 A escolha de mundo do sujeito caiçara .....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70
REFERÊNCIAS .....	72

<b>3 O BEM VIVER CAIÇARA: REFLEXÃO A PARTIR DA ESCUTA DE SUJEITOS CAIÇARAS DA ILHA DOS VALADARES - PR.....</b>	<b>76</b>
INTRODUÇÃO .....	76
3.1 BEM VIVER: UMA NARRATIVA FILOSÓFICA EM BUSCA DE ALTERNATIVAS AO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO .....	78
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	82
3.3 A PERCEPÇÃO DE UM “VIVER BEM” CAIÇARA DA ILHA DOS VALADARES	83
3.4 SÍNTESE DO “VIVER BEM” CAIÇARA .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
REFERÊNCIAS.....	91
<b>SINTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS GERAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO 1 – FOTOS DE CAMPO NA ILHA DOS VALADARES.....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

O pensamento crítico não é algo que se deva tomar como verdade absoluta, pois é na verdade um despertar para outras problematizações do real, uma oportunidade para o diálogo epistêmico entre diversos saberes científicos e práticos. Mesmo que uma pesquisa científica parta de uma inquietação ou um problema real, como menciona Porto-Gonçalves (2021, p. 19): “ninguém produz conhecimento com certezas”, são as incertezas que nos levam a buscar respostas. Vivemos em um mundo de incertezas, onde o medo do futuro se faz presente.

As incertezas, afloradas em meio a uma crise socioecológica global, que coloca em risco o futuro do Homem enquanto habitante do Planeta Terra, parece partir de ser um desequilíbrio nas relações entre sociedade-natureza e sociedade-sociedade, dado o fosso de desigualdades sociais e destruição da Natureza que vivemos. Para Acosta (2016, p.195) “o indivíduo está ligado ao entorno social. E a comunidade, com todos os seus indivíduos, está em estreita relação com a Natureza”.

Nos noticiários, esses desequilíbrios aparecem todos os dias. Não é necessário nem mencionar muitos noticiários para visualizar a crise socioecológica que vivemos: a guerra Rússia versus Ucrânia por território, afetou a vida de milhares de pessoas com perdas materiais, deslocamentos forçados, separações de familiares e mortes; a onda de calor recorde na Europa que vem causando mortes e incêndios, e que fazem dizer os especialistas que é resultado das mudanças climáticas; e o vírus *sars cov* presente na natureza, que ocasionou a Pandemia da Covid-19, e que só no Brasil até julho/22 provocou a morte de aproximadamente 678 mil pessoas.

Se em algum momento da história da humanidade, a guerra entre dois países, as mudanças climáticas e as mortes em um país não eram problemas globais, desde metade do século XX eles se tornam, dada a tomada de consciência de um planeta único, o que não implica que as relações entre os indivíduos e destes com a Natureza precisa ser hegemônico.

Do global ao local, do local ao global ou ainda de uma forma dialógica entre os territórios. Cada território contém suas especificidades. Como alerta Chimamanda Ngozi Adichie (2009, p.12), “o perigo [é] de uma história única”. Para a autora: “O

poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva”.

Foi procurando contestar o reducionismo cultural, que parece, e muitos autores afirmam, ter decorrido de um modelo único de desenvolvimento, que a presente dissertação tem sua pesquisa inspirada em parcela da população brasileira, designada de caiçara, esses residentes entre a região litorânea de Paraty (RJ) a Paranaguá (PR). Vivendo em meio a Mata Atlântica, essa população chegou ao século XXI caracterizada por um modo de vida rural específico, oposto ao modo de vida urbano, que no Brasil explode no século XX.

No capítulo 1 da dissertação, busca-se identificar os traços comuns entre os indivíduos de comunidades caiçaras, a partir dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de sujeitos caiçaras, por meio do método de revisão bibliográfica, articulado com o teórico, de literatura brasileira, de pesquisas que utilizaram a escuta no processo empírico-reflexivo.

No capítulo 2, pesquisa empírica com indivíduos que se identificaram como sujeitos caiçaras, migrantes da baía de Paranaguá ou de Guaraqueçaba, residentes na Ilha dos Valadares, no município de Paranaguá, estado do Paraná, na busca por investigar as expressões de sociabilidades destes sujeitos, cujas memórias transitam entre o passado (no rural) e o presente (no urbano). Mendes e Haliski (2017, p.141) num artigo sobre a configuração social da Ilha dos Valadares argumentam que: a parcela da população, a “mais antigas” da Ilha preservam traços que os definem, ou podem ser classificados, como população tradicional caiçara.

No capítulo 3, refletindo sobre a proposta de Bem Viveres como alternativa ao desenvolvimento, exercita-se a reflexão sobre o que seria um Bem Viver Caiçara a partir da escuta das narrativas destes sujeitos que se identificaram caiçaras na Ilha dos Valadares.

Esta dissertação não se trata de uma pesquisa que se esgota nas considerações finais apresentadas em cada capítulo, até porque, se seguirmos a provocação de Ailton Krenak (2020a, p.27), líder indígena, de criarmos “ideias para adiar o fim do mundo”, as considerações relativas à pesquisa são apenas uma entre tantas outras, como é para ele “adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”.

Essa pesquisa é oportunizada pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), da Universidade Federal do Paraná

(UFPR), que por meio da sua proposta da interdisciplinaridade com o olhar frente aos problemas socioambientais, abre um leque de possibilidades e caminhos para se discutir o mundo que vivemos; para refletir o mundo que queremos viver; para buscarmos, a partir da escuta dos povos e engajamento coletivo, transformações para a construção de novas histórias.

## OBJETIVOS

### Objetivo geral

Colocar em diálogo o caiçara, indivíduo de população tradicional, mas que vive no urbano, com conceitos estruturantes: territorialidade, sociabilidade e Bem Viver.

### Objetivos específicos

1. Identificar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) do sujeito caiçara;
2. Investigar expressões de sociabilidades narradas por sujeitos caiçaras, migrantes, cujas memórias transitam entre o passado e o presente;
3. Exercitar a reflexão sobre o que seria o Bem Viver caiçara frente à modernidade.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura padrão de uma dissertação é desafiadora, agora, construir três artigos – introdução, revisão teórica, procedimentos metodológicos, resultados, considerações finais e referências -, intensifica o desafio de uma dissertação, pois exige a articulação entre os artigos. Outro desafio é o tempo, já que o mestrando



tem o período de calendário de dois anos, considerando o tempo das disciplinas, para além do sentimento de ansiedade que acelera o tempo vivido.

A dissertação em formato de artigos tem sido adotada por contribuir para posterior publicação em revistas científicas com maior rapidez, considerando a dissertação ser uma etapa exaustiva e muitas vezes os resultados dessa acabam por não ser publicizados ou são minimamente. Se tem ciência da necessidade de ajustes conforme as normas de cada corpo editorial, contudo, esses não devem comprometer o resultado.

Nesta dissertação, em cada artigo articula-se um dos objetivos específicos, estes que estão conexos para que se faça chegar ao objetivo geral da pesquisa.

No primeiro capítulo, “Caiçara: identidade que permanece nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização”, busca-se colocar em evidência o caiçara nos seus processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica articulada com o teórico, a partir da literatura brasileira. A intenção não foi abordar o caiçara como um sujeito genérico, num processo em que o TDR ocorre em etapas, mas sim, identificar traços comuns de indivíduos de comunidades caracterizadas como comunidades caiçaras, explorando o modo de vida específico e a prevalência desse no sujeito pelos processos TDR.

No segundo capítulo “Sociabilidades de sujeitos caiçaras, migrantes, na Ilha dos Valadares – PR”, os resultados são fruto de uma pesquisa empírica com indivíduos que se identificaram como sujeitos caiçaras, migrantes da baía de Paranaguá ou de Guaraqueçaba, residentes na Ilha dos Valadares, no município de Paranaguá, localizada a 400 metros da parte continental da área central da cidade. A finalidade que levou esta investigação foi decorrente dos resultados do capítulo 1, que permitiram observar que os migrantes caiçaras carregam traços do seu antigo viver, mesmo que parcialmente.

O terceiro, e último capítulo, “O Bem Viver caiçara: reflexão a partir das narrativas de sujeitos caiçaras da Ilha dos Valadares - PR”. O propósito da exploração do tema Bem Viver caiçara não foi o de afirmar que o caiçara vivia bem na comunidade e no espaço urbano vive melhor ou pior, mas buscar na discussão fragmentos de um Bem Viver levantados por um sujeito que se identifica como caiçara, contribuindo com a discussão do Bem Viver.

Por fim, as considerações finais esboçam uma leitura geral da pesquisa com o intuito de abrir caminhos para novas discussões e projetos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. 2º reimpressão. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. Painel Coronavírus. Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/> > acesso em 27 de julho de 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Edição 2020. Livro digital. Disponível em: < [http://www.culturadobemviver.org/pdf/Caminhos para a cultura do Bem Viver Ailton Krenak.pdf](http://www.culturadobemviver.org/pdf/Caminhos_para_a_cultura_do_Bem_Viver_Ailton_Krenak.pdf) > acesso em 04 de setembro de 2021b.

MENDES, Eveline Tenório; HALISKI, Antonio Marcio. Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da ilha. **Divers@** Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 10, n. 2, p. 133-146, jul./dez. 2017. Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/51495/34902> > acesso em 10 de fevereiro de 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outros horizontes para a geografia da vida, pela dignidade e pelo território. In: **Geografias das R-existências**. Organizadores: Dilermando Cattaneo, Marcelo Argenta Câmara, Renata Ferreira da Silveira. Ponta Grossa-PR: Mostro dos Mares, 2021.

## REPORTAGENS

CHRISTENSEN, JEN. **Novos estudos apontam que animais vendidos em mercado de Wuhan causaram pandemia de Covid**. CNN Brasil, 2022. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/novos-estudos-apontam-que-animais-vendidos-em-mercado-de-wuhan-causaram-pandemia-de-covid/> > acesso em 27 de julho de 2022.

DANTAS, Carolina; GARCIA, Mariana. **Onda de calor na Europa: entenda as causas e a relação com a crise do clima e o aquecimento dos polos**. G1, 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/07/19/onda->

de-calor-na-europa-entenda-as-causas-a-influencia-das-mudancas-do-clima-e-a-relacao-com-o-aquecimento-dos-polos.ghtml >acesso em 27 de julho de 2022.

LOPES, Nathan. **100 dias de guerra na Ucrânia: Quando acaba? O que a Rússia quer?**. Uol, 2022. Disponível em:< <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/06/03/russia-ucrania-100-dias-de-guerra.htm> >acesso em 27 de julho de 2022.

OLIVEIRA. João José. **Brasil sai da pandemia mais desigual, e vai piorar, dizem economistas**. Economia Uol, 2022. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/19/brasil-sai-da-pandemia-mais-desigual-e-quadro-vai-piorar-dizem-economistas.htm>> acesso em 27 de julho de 2022.

# 1 CAIÇARA: IDENTIDADE QUE PERMANECE NOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO

## INTRODUÇÃO

A literatura sobre caiçaras é vasta, e contempla diversos territórios caiçaras entre Paraty (RJ) e Paranaguá (PR) na porção litorânea brasileira. A atenção voltada aos sujeitos que se identificam assim é fundamental para enaltecer a identidade, a resistência e a salvaguarda dos seus modos de vida e territórios em meio às transformações globais impostas pelo modo de vida proveniente do modelo de desenvolvimento hegemônico, o qual engole a diversidade de culturas e ambientes.

As comunidades caiçaras criaram modos de vida para se adaptar em meio ao bioma da Mata Atlântica, criando vínculos materiais e imateriais com o espaço ocupado. A saída de sujeitos caiçaras dessas comunidades para viver em cidades talvez venham a marcar a descontinuidade do modo de vida comunitário, e adaptação ao novo espaço de vivência.

A problemática que levou esta pesquisa decorreu da busca da compreensão do sujeito caiçara, que mesmo sob processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) permanece com traços que os identificam ou se identificam como caiçara, esses decorrentes da participação do sujeito numa “comunidade tradicional”, a qual pressupõe um espaço geográfico aonde indivíduos mantêm um modo de vida que os caracterizam. Uma comunidade, assim seria definida pelo que a caracteriza: materialidades e imaterialidades, essas decorrentes de princípios que conduzem comportamentos incorporados nas relações sociais internas ao grupo (comunidade), mediadas por padrões institucionais singulares, que são definidores de um território.

Este capítulo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica mediada por um debate teórico, que teve como objetivo identificar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) de sujeitos caiçara. A intenção não foi construir um conceito genérico de caiçara, o que empobreceria as particularidades que marcam cada grupo com enraizamento territorial, tampouco foi criar um movimento etapista TDR na trajetória de caiçaras migrantes. Mas sim, buscar traços

comuns que marcam o processo TDR com prevalência dos sujeitos que se identificam caiçaras mesmo após movimento espacial.

Os resultados desta pesquisa são apresentados em sete partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicia-se com os procedimentos metodológicos, seguido de uma revisão teórica relativa ao TDR a partir de Haesbaert (1997, 2011) e Saquet (2009, 2013). Na parte três descreve-se a história da construção da identidade cultural caiçara. A interpretação dos processos de TDR dos sujeitos caiçaras partiu de diferentes estudos de casos, e compõem as partes quatro a seis, finalizando com um quadro síntese TDR do sujeito caiçara.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base no objetivo geral, a presente pesquisa enquadra-se como exploratória, por “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Utiliza-se da mescla teórica e bibliográfica para construção do conhecimento sobre o sujeito caiçara em seus processos TDR.

Para permitir a compreensão do sujeito caiçara, a partir do TDR, realizou-se uma pesquisa teórica desse. O conceito de território e seus derivativos TDR são tratados por Haesbaert (1997, 2011) e Saquet (2009, 2013), e sobre desses se construiu um quadro síntese com algumas diferenças conceituais.

Para a compreensão do sujeito caiçara foi realizada uma pesquisa bibliográfica, especialmente estudos de casos, os quais forneceram subsídios para o pesquisador respondesse o objetivo proposto. Essa envolveu a busca, a descrição e a análise. As referências bibliográficas que tratam dos caiçaras é vasta e com diversas abordagens e profundidade, publicadas principalmente em: livros, teses, dissertações e artigos. Optou-se por buscar e selecionar teses e/ou dissertações que discorressem sobre as comunidades caiçaras do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Como estratégia de busca, utilizou-se da palavra: “Caiçara” filtrada no título, não definindo o período. Para além das teses/dissertações utilizou-se de estudos de Mussolini (1980), Diegues (1988, 2005), Marcílio (2006), Sanches (2004) publicados em livros e/ou artigos.

Mussolini (1980), Diegues (1988, 2005), Marcílio (2006), Sanches (2004), Nunes (2003) e Mendonça e Rocha (2017) foram recorrentemente citados por tratarem os caiçaras e suas mobilidades, permitindo apropriações para a interpretação de processos de TDR de sujeitos caiçaras.

A pesquisa bibliográfica oportunizou um quadro síntese com traços do modo de vida caiçara nas comunidades e fora delas, evidenciando processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

## 1.2 O TERRITÓRIO E OS PROCESSOS TDR NAS IDENTIDADES

Para Haesbaert (1997, p. 41), o território não é envolvido somente pela sua dimensão concreta/material (jurídico-político), mas também simbólica-cultural, com intensidade e graus diferentes. O autor ressalta que a dimensão concreta é de “apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos”, na perspectiva do Estado; já a dimensão simbólica/cultural de sentido da identidade territorial (forma de apropriação) depende dos múltiplos significados atribuídos ao espaço por cada grupo social (IBIDEM, 1997).

Segundo Saquet (2009, p. 81), território é um ambiente produzido a partir do agir do homem no espaço, resultante de uma “construção coletiva e multidimensional”, ou seja, formado pela apropriação social, relacional do homem com a natureza e construído num determinado espaço-tempo, o que o faz ser produto histórico e gerador de paisagens. O autor (IBIDEM, p. 82) cita três processos atrelados ao território: o primeiro processo refere-se “as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i]materiais) com uma miríade de combinações”; o segundo processo “a construção histórica e relacional de identidades”; e o terceiro processo “o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)”.

Explicando o movimento TDR, Saquet (2009, p. 89-90) os designa de processos:

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) [são] concomitantes e complementares, isto é, os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-

descontinuidades) sociais e territoriais estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos.

Para Saquet (2013), por TDR serem complementares são considerados uma unidade: “[...] todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos. Na des-continuidade há a reprodução de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, no mesmo ou em diferentes lugares” (IBIDEM, p. 163-164). Mesmo havendo perdas e mudanças, na desterritorialização, no movimento, há a reconstrução de relações sociais; as relações sociais são reterritorializadas e novas territorialidades são estabelecidas. Saquet (2009) menciona que, indivíduos ou grupos carregam traços do velho território e de suas territorialidades, mesmo que parcialmente: “o novo contém em si o velho” (IDEM, 2013, p. 162).

Na visão de Haesbaert (2011), para que haja territorialidade há necessidade (condição) de existir território. Esses são conceitos conexos e estão relacionados à espacialidade humana. O conceito de territorialidade está centrado em relações de poder, no sentido de dominação (concreto) e de apropriação (simbólico), e também nos laços de identidade que buscam a homogeneização do território (IDEM, 1997). Para Saquet (2009, p. 86), a territorialidade “[...] corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”. Para o autor: “os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade, e na diversidade”. (IDEM, 2013, p. 160).

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p. 90).

Haesbaert (2011) destaca que é preciso observar sobre qual território se está fazendo referência pois é sobre ele que ocorre o processo de desterritorialização, já que é sobre esse que o problema territorial está ligado. A

desterritorialização, vista na perspectiva do território simbólico<sup>1</sup>, de acordo com o autor, pode estar ligada à hibridização cultural ou ao campo político, pelas crescentes fragilidades das fronteiras. Para o autor (IBIDEM, p. 312-313):

todo processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização”, mas que “[...] apesar de ‘territorializados’ no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultura, e vice-versa.

Não há um território único, territórios – no plural - não são homogêneos: territórios são múltiplos e as territorialidades também. Cada território é composto de diferentes elementos que os proporciona configurações específicas (HAESBAERT, 2011, p. 281-282). Para Saquet (2013, p. 158) “no território, existe a pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade em si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades”, o que faz com que haja múltiplas territorialidades no cotidiano dos indivíduos que vivem em rede ou articulando redes (IBIDEM, 2013, p. 160).

Se existem vários territórios e esses não são homogêneos, significa que, as identidades territoriais são construídas pelas práticas sociais de cada grupo, como aponta Saquet (2013, p. 149): “a identidade é um componente fundamental para a constituição territorial”, e mesmo havendo mudança atrelada a desterritorialização e reterritorialização, a reprodução de identidades se mantém quando conservados elementos que dão sentido a vida. O autor (IBIDEM, p.147) descreve que, a identidade faz parte da vida em sociedade e envolve reciprocidade, podendo conter a afetividade, conhecimento e reconhecimento.

Cita Haesbaert (1997) que, as identidades são construções sociais simbólicas manipuladas por grupos dominantes (politicamente e economicamente); territorializadas a identidade é social, é de um grupo. Assim, identidades diferenciam grupos sociais e territórios. As identidades territoriais são construídas a partir da realidade concreta, composta por elementos espaciais e de representações, “que são ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço, ao qual se refere, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se

---

<sup>1</sup> De acordo com Haesbaert (2011, p. 40) prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”.



identifica” (IBIDEM, p.49). Para o autor (p.50), “não é propriamente o espaço que vai “fundar” uma identidade, mas a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem”.

Relacionando identidade territorial ao hibridismo cultural, Haesbaert (2011, cita que, para muitos outros autores, o hibridismo cultural “evidência de que vivemos mergulhados num processo de desterritorialização” (p.229), e para outros críticos, as “culturas híbridas” sempre existiram “pelo simples fato de que toda nova cultura brota da mescla entre distintas identidades e conjuntos de valores culturais previamente dominantes” (p.231). Complementa o autor sobre territorialidades híbridas na América Latina:

Algumas sociedades e espaços vivem o hibridismo de maneira muito mais pronunciada, ou encontram-se mais abertas e/ou são forçadas a trocas e mesclas culturais mais intensas. A América Latina, talvez o mais “híbrido” dos continentes, onde um dos melhores exemplos de “territorialidades híbridas” foi aquele moldado no violento cenário colonial a partir da interpenetração de culturas indígenas, ibéricas, africanas, hindus (no Caribe e na Guiana) e italo-germânicas (especialmente no chamado Cone Sul) (HAESBAERT, 2011, P. 231).

A identidade territorial, abordados por Haesbaert e Saquet, complementa e permite maior compreensão do território e seus processos TDR. Entretanto, esses autores diferenciam-se nas suas argumentações sobre território e processos TDR. O **Quadro1** sintetiza algumas diferenças conceituais entre esses dois autores.

QUADRO 1- ALGUMAS DIFERENÇAS CONCEITUAIS DE TERRITÓRIO E SEUS DERIVADOS – HAESBAERT E SAQUET

Autores	Território	Territorialidade (T)	Desterritorialização (D)	Reterritorialização (R)
Haesbaert	-Observado na apropriação da dimensão concreta (político administrativa “o estado”) e também na dimensão simbólica/cultural, ambos envolvidos ao mesmo tempo, com intensidade e graus diferentes.	-Centrada nas relações de poder no sentido de dominação (concreto) e de apropriação (simbólico).	- “Todo processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização”, mas que “[...] apesar de ‘territorializados’ no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, e vice-versa”.	

<b>Saquet</b>	-Construção coletiva e multidimensional (econômica política e cultural simultaneamente); Apropriação e reprodução das relações sociedade-natureza num espaço-tempo; -A pluralidade dos sujeitos, decorre de relações recíprocas, contraditórias e de unidade em si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas - identidades.	- “os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade, e na diversidade”	-Perdas e incorporação cultural por meio de relações sociais; -Processo relacionado a reterritorialização em novas territorialização.	-Carrega traços do velho território e de suas territorialidades, mesmo que parcialmente nas reterritorializações, na nova territorialização.
---------------	--	--	---	--

FONTE: Haesbaert (1997, 2011); Saquet (2009, 2013).

ELABORAÇÃO: a autora.

Para ambos os autores, os processos de territorialização marcam a produção de territórios e identidades por meio de espaços apropriados e dominados a partir de relações sociais, para Haesbaert de poder. Um território constituído, portanto, é um espaço no qual as relações sociais estabelecem um grupo de indivíduos, os quais deslocam-se (físico ou simbólico) de forma espontânea ou por força e vivenciam processos de desterritorialização e reterritorialização em outro espaço, ou seja, promovem a construção de uma nova territorialização. É com base nesses processos de TDR que se busca interpretar o sujeito caiçara por meio de revisões bibliográficas de estudos de caso.

### 1.3 O CAIÇARA

Sampaio (1987) descreve que a palavra caiçara foi herdada da língua indígena tupi guarani: *caá-içara*, que significa estacada, tapume, cercado ou trincheira, e, de acordo com a explicação de Diegues (1988), tem relação como a técnica tradicional de atrair e cercar peixes que são alimentados até a vida adulta, quando são retirados com uma rede para servir de alimento.

Para Diegues (1988, p. 10), “a comunidade caiçara é formada pela mescla de populações indígenas, colonos portugueses e negros”. Nunes (2003, p. 70) entende o caiçara como “sendo a mescla étnico-cultural entre índios e colonizadores

européus, sobretudo os portugueses”. Negrão (1934) descreve que o colonizador Martim Afonso de Sousa, em 1531, ao chegar a Cananéia, litoral sul de São Paulo, deparou-se com homens com traços europeus vivendo ao modo indígena, seminus e armados com objetos indígenas, contabilizando mais de cem, entre filhos e netos dos primeiros colonos europeus.

De acordo com Ribeiro (1995, p. 81), o crescimento do povo miscigenado ocorreu devido a entrada de “estranhos” as comunidades indígenas. As moças indígenas eram entregues ao matrimônio para o homem branco e estes adentravam a comunidade, sendo considerado um membro. Sanches (2004, p. 55) menciona que Candido (1964), Mussolini (1980) e Ribeiro (1980) sugerem “que a origem da sociedade caipira ocorreu principalmente através do bandeirismo, fruto do contato do colonizador europeu em suas incursões pelas matas interioranas, atraídos pelas minas de ouro”.

No período inicial do Brasil “descoberto”, os negros africanos tiveram pouca participação na miscigenação, porém vieram mais tarde integrar-se (RIBEIRO, 1995). Na formação étnica e cultural do povo brasileiro, Ribeiro (1995) divide o Brasil em cinco Brasis: o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil sulino e o Brasil caipira. Construções definidas para atender as necessidades de sobrevivência e progresso.

De acordo com Adams (2000, p. 147), “a cultura caipira formou-se pelo cruzamento do português com o indígena e produziu o mameluco paulista, na qual o caipira está inserido”. No livro “*Parceiros do Rio Bonito*”, que propõem “parceiros” como um hibridismo cultural, e apresenta traços da cultura caipira, Candido<sup>2</sup> (2010) menciona que a sociedade caipira é de “tipo fechada”, caracterizada pela sociabilidade familiar e vicinal. O trabalho coletivo de ajuda mútua em formato de mutirão era realizado pelos grupos de vizinhança como forma de solucionar o problema de mão de obra. O anfitrião oferecia alimento e uma festa para encerrar o

---

<sup>2</sup> O estudo de Candido (2010) foi baseado em uma investigação no município de Bofete (SP), geograficamente no interior do estado longe da costa, nos anos de 1948 e 1954 buscando compreender a história do “tempo dos antigos” com velhos caipiras de áreas isoladas, abrindo mão da história contada em documentação registrada pelas classes dominantes do passado. O autor menciona que utiliza o termo caipira não para designar um tipo étnico, mas para expressar um modo de ser, um tipo de vida em seus aspectos culturais. Para descrever a questão étnica, Candido (2010) aponta o termo “caboclo” para citar o mestiço (branco com índio) de São Paulo.

trabalho. Nas atividades “lúdico-religiosas” eram realizadas reza, distribuição de alimentos e o fandango.

Para Candido (2010) a cultura caipira é organizada em torno de padrões mínimos, sendo sua economia de subsistência, produzindo lavouras em escala reduzida e buscando por meio de contato externo o que não conseguia produzir. Mesmo havendo práticas materiais e imateriais comuns entre a cultura caiçara e a caipira, Diegues (2005) descreve que a conexão destes com a natureza é diferente: a do caiçara está baseada no mar e na terra, e a da cultura caipira está baseada na mata.

Sanches (2004, p. 53) explica que as “terminologias *caipira*, *caiçara* e *caboclo* aparecem às vezes como sinônimos na literatura, cujo emprego varia de acordo com a região”. No litoral do Paraná, o caiçara, também é chamado de praiano ou caboclo (Diegues, S.D) e “[...] desenvolveu um modo de vida muito semelhante ao do litoral paulista e sul-fluminense” (DIEGUES, 2005, p. 287).

Diegues (2005, p. 279) menciona que a região entre Parati (RJ) e Paranaguá (PR) está entre as primeiras que foram afetadas pela colonização portuguesa desde o século XVI, e é nela que se formaram descontínuas comunidades caiçaras “[...] onde se desenvolvem pequenos núcleos de populações esparsas, com o mesmo modo de vida, que apresentam variações regionais refletidas no vocabulário, em diferentes graus de relação com a cidade” (DIEGUES, 2005, p. 277). Eram populações que viviam na área rural litorânea (MUSSOLINI, 1980).

Diegues (2005, p. 277) cita que, entre as comunidades caiçaras do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, também existem variações culturais importantes “que se explicam pelos tipos e graus de inserção nas economias regionais e pela contribuição, em grau variado, das diversas matrizes culturais”.

Não basta ter nascido no litoral para ser designado de caiçara, é necessário compartilhar saberes e técnicas inerentes dessa cultura (DIEGUES, 2005). De acordo com o autor (2005), foi a partir das décadas de 1970 e 1980 que se inicia a construção de uma identidade caiçara, tendo essa emergido em decorrência dos conflitos da especulação imobiliária e do autoritarismo ambiental sobre o seu território (DIEGUES, 2005).

Adams (2002) argumenta que neste período a identidade caiçara foi construída a partir de uma ideia de “ecologicamente correto”, um sujeito “naturalizado”, pelo movimento ambientalista, e logo, para a autora, acarretaria

riscos a médio e longo prazo para a luta política. É importante o entendimento de que os modos de vida tradicionais, por questão de escala, por mais que possam causar impacto ambiental não são significativos quando comparados a modos de vidas urbanos. Ademais, a exclusão das comunidades caiçaras das áreas ambientais pelas políticas ambientais, refletem um processo histórico de exclusão socioeconômica iniciado no período colonial de uma sociedade hierarquizada.

Yamaoka (2019) cita que estudos recentes tratam o caiçara como um grupo que se autorreconhece como comunidade tradicional, em consonância com a definição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007):

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Nessa definição de povos e comunidades tradicionais fica explícita a relação entre pessoas, estabelecendo uma identidade cultural, a qual tem relação direta com um espaço delimitado, o que permite fazer uma leitura desse grupo a partir do debate teórico do território.

#### 1.4 TRAÇOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SUJEITO CAIÇARA

No bioma da Mata Atlântica, mais especificamente em estuários, praias (mar aberto) com proximidade de terras contíguas e mares interiores; terras “devolutas” até o século XX, “sem dono”, foram os espaços ocupados por caiçaras para viver, produzir uma agricultura itinerante e de pousio da terra (DIEGUES, 2005).

A organização espacial das comunidades<sup>3</sup> caiçaras era formada por um conjunto de sítios com vizinhança, cujos moradores mantinham relação numa unidade maior, vila ou bairro, onde se localizavam a escola, a capela e a venda

---

<sup>3</sup> Conceitualmente, as comunidades identificam-se como “um pequeno grupo coeso, e, que os membros estão ligados por relações de confiança mútua”. CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. Luís Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. 4ª ed.rev. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

(comércio realizado por armazém). Os sítios, dependendo da região, eram mais ou menos distantes um do outro. Cada “sítio” ou “posse” era uma unidade territorial de um morador que o ocupava com sua família, onde possuía uma roça, cultivada no quintal, e um porto (DIEGUES, 2005). O autor (2005, p. 293) cita que, “as divisas de cada sítio eram conhecidas pelo morador, e no geral, reconhecidas pelos outros moradores da vizinhança”.

A territorialização de uma comunidade caiçara, com base em Diegues (2005, p. 275), é marcada por:

[...] um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, de músicas e danças associadas à periodicidade das atividades de terra e mar, de ligações afetivas fortes ao sítio e a praia”.

Das práticas imateriais que apoiavam a cultura caiçara, o fandango<sup>4</sup> se destaca por sustentar valores imateriais. O fandango era uma festa conhecida como “baile”, realizado após os mutirões agrícolas nos sítios; “se apresentava como o espaço de “reciprocidade”, onde o “dar-receber-retribuir” constituía a base das socialidades, marcada pelas dimensões familiares, de compadrio e vizinhança” (IPHAN, 2011, p. 40). A religião, superstições, crenças e curandeirismo também constituíam a esfera da cultura imaterial da comunidade caiçara.

A cultura material caiçara, de acordo com o IPHAN (2011), está presente nos instrumentos musicais, nas canoas de um tronco, nas cestarias, nos apetrechos de pesca, entre outros, sendo, são resultados dos processos de construção pela reprodução do saber-fazer que se dava principalmente por meio da observação. Para Diegues (1988, p. 18), o patrimônio cultural caiçara “é um dos mais ricos do sul do país”.

Sanches (2004, p.41) menciona que, as relações sociais (materialidades e imaterialidades) caiçaras se dão dentro das comunidades, entre comunidades e com o meio externo, estabelecendo “uma ampla rede de trocas de informações e

---

<sup>4</sup> O fandango é uma expressão caiçara coreográfica, musical e poética, perpassa pelo trabalho e divertimento da cultura caiçara (IPHAN, 2011). “O fandango caiçara possui uma estrutura bastante complexa, envolvendo diversas formas de execução de instrumentos musicais, melodias, versos e coreografias” (IPHAN, 2011, p.50). Sua origem ainda é controversa, de acordo com o Dossiê do Fandango (IPHAN, 2011) há pesquisadores que acreditam ser árabe, outros da Península Ibérica.

produtos, através da divisão de trabalhos, ‘partilha’, da reciprocidade, da solidariedade e dos matrimônios”.

As relações sociais dentro da comunidade caiçara da Juréia-Itatins (SP), relatada por Sanches (2004, p. 41), eram de vizinhança e dentro da família, com expressões de sociabilidade intensas de “reciprocidade, solidariedade e partilhas”. A autora (2004, p. 106) relata que, as partilhas, as repartições e a doações, “foram importantes para a garantia das fontes de proteína” vindas da pesca e caça na Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI) nos “tempos dos antigos”, local da comunidade caiçara. No bairro Porto Novo, em Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo (SP), Paes (1998, p. 30) menciona que, a repartição do produto do trabalho era atitude rotineira na comunidade entre parentes e compadres, “[...] uma ação de reciprocidade necessária, pois ser mesquinho era altamente recriminado por todos. Um dia dava-se peixe ou outra coisa, em outro se recebia”.

Diegues (1988), na descrição sobre a diversidade cultural do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá (PR), contextualiza que, as relações de reciprocidade caiçara ocorriam principalmente nos mutirões agrícolas e na pesca da tainha, fortalecendo os vínculos na comunidade. Mussolini (1980, p. 238), na década de 1950, ao descrever “aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro”, menciona que:

A pesca representa, em geral, uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária. No tocante à roça, a família se basta; suplementa a atividade de seus membros com a colaboração de um compadre ou amigo que, pela instituição do ‘adjutório’ ou ‘troca dia’, cede um dia de trabalho, esperando a retribuição no momento oportuno. Ou então, os de mais recurso, pagando essa colaboração. Mas é na pesca, ao redor da rede, que se estabelece toda uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local.

Já as relações sociais da população caiçara com o meio externo eram marcadas pela troca. Marcílio (2006), que estuda os caiçaras do município de Ubatuba (SP) na década de 1980, descreve que, o que não era possível retirar da natureza para o autoconsumo ou era inviável se produzir na comunidade, como ferramentas e vestuários, os caiçaras trocavam por meio da venda dos excedentes ao exterior, ou seja, não produziam tudo o que necessitavam, para tal mantinham relações com outras comunidades (sociedades). Essas descrições do modo de vida

caičara expressam os princípios que orientavam as relações com os outros sujeitos externos à comunidade. Destaca-se que, a produção era destinada à promoção da vida dos indivíduos da comunidade (princípio da autarquia)<sup>5</sup>, não havendo produção destinada à troca comercial, se comercializava o excedente.

Paes (1998, p. 30) também identificou relações sociais entre caičaras de uma comunidade com indivíduos externo a essa, no caso, do bairro Porto Novo do município de Caraguatatuba (SP) com indivíduos que desciam a Serra do Mar, e essas se davam em forma de escambo: “trocava-se rapadura por peixe (valor de troca)”. Outro exemplo da prática do escambo por essa população é relatado por Rocha (2017, p. 164), registrado na comunidade caičara de Barbados no município de Guaraqueçaba (PR), “os produtos produzidos localmente (mandioca, feijão, arroz, peixe, etc.) eram trocados por mercadorias que não estavam disponíveis no local (sal, querosene, etc.)”. Essa forma dos caičaras se relacionarem com indivíduos de fora da comunidade caracterizam outro aspecto a salientar sobre a organização social da comunidade: os caičaras não visavam o dinheiro com a troca, e sim produtos os quais não produziam ou dominavam as técnicas de produção.

Para Diegues (2008, p. 84), o sistema econômico caičara era próprio de “sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total”, denominando-o de pré-capitalista. Ou seja, os caičaras produziam para o autoconsumo, o escambo ou troca do excedente não era objetivado.

Na relação com a Natureza, o caičara pratica agricultura, extrativismo, caça e pesca e a produção de farinha de mandioca. Paes (1998) relata que, no bairro Porto Novo do município de Caraguatatuba (SP), na década de 1960-1970, os caičaras retiravam do mangue a matéria-prima para confeccionar esteiras, que serviam como cama, posteriormente, passaram a retirar desses materiais para confecção de artesanato para venda, além do caranguejo que serve de alimento. Rocha (2017) também relata sobre a prática de extração de ostras dos mangues e de pedras desses para comercialização pela comunidade de Barbados em Guaraqueçaba (PR).

---

<sup>5</sup> POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.



Nunes (2003, p. 115) menciona que, o modo de vida caiçara se caracteriza pela complementariedade de atividades produtivas para garantir o sustento da família: “a roça exige dedicação por etapas, as outras [atividades] são realizadas entre os períodos de menor dedicação a ela”. Na Estação Ecológica da Juréia – Itatins (SP), Nunes (2003) identificou um calendário, o qual o classificou de “harmônico” no uso da terra, tal como descrito por Diegues (2005): após a colheita a terra era deixada em pousio por alguns anos para a regeneração da vegetação.

Mussolini (1980, p. 224) destaca que, a farinha de mandioca associada ao peixe como parte da alimentação do caiçara decorriam de técnicas de produção da farinha e de captura do peixe herdadas dos saberes indígenas. A farinha de mandioca substituiu o “pão europeu” para os que se juntaram a esses.

O conhecimento caiçara de sobrevivência em meio a Mata Atlântica é descrito por Mussolini (1980, p. 226):

Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor - para remédios, para construções, para canoas, para jangadas – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva [...]: **os ventos, os “movimentos” das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda ou colher o que plantou** (MUSSOLINI, 1980, p. 226 - grifos nossos).

Os estudos de Diegues (1988, 2005, 2008), Mussolini (1980) Paes (1998), Nunes (2003), Sanches (2004), Marcílio (2006) e Rocha (2017) evidenciam uma população que se constitui em comunidade pelas sociabilidades, tendo sua base as relações de produção e subsistência, acionando reciprocidade, troca e distribuição, proporcionando a reprodução cultural, numa natureza singular, que fazem com que essa comunidade seja observada como territorializada.

## 1.5 TRAÇOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DO SUJEITO CAIÇARA

Por ser a desterritorialização um processo do TDR relacionado ao espaço (SAQUET, 2009), a migração, torna-se um fenômeno concreto, que poderia representar um processo de desterritorialização de um sujeito caiçara territorializado.

Segundo Diegues (2005, p.307), a migração é um fenômeno comum na vida do caiçara pela dificuldade de subsistência em seu território. De acordo com o autor,

no passado muitos jovens saíram de suas comunidades para trabalhos temporários e retornavam, mas nas décadas mais recentes, a migração foi marcada, muitas vezes, pelo não retorno ao lugar de origem, “ela está associada à atração pela vida urbana e pela perda de suas terras nas praias”.

Diegues (2005) cita a proteção das áreas ambientais e a especulação imobiliária como motivos que levaram a alteração profunda do modo de vida/cultura caiçara em meados do século XX, e que levaram a migração dos sujeitos caiçaras para a cidade. O pouco do que restou da Mata Atlântica foi regulamentada como áreas protegidas. A especulação imobiliária tomou conta do litoral norte do Rio de Janeiro e do litoral de São Paulo, possibilitando atividades de turistas de alta renda. No litoral do Paraná, mais especificamente em Guaraqueçaba, terras foram compradas e/ou invadidas para criação de búfalos (DIEGUES, 2005).

Diegues (2008, p. 142-143), relatando sobre as comunidades caiçaras da Juréia-Itatins, referenciando Oliveira (1992), a criação da Estação Ecológica afastou o espaço territorial da especulação imobiliária, em contraponto, faltou apoio às comunidades caiçaras locais para as atividades de subsistência. Nunes (2003) cita que, nessa mesma comunidade, a imposição de restrições ambientais culminou na redução da prática de mutirões. A autora (IBIDEM, p. 117) descreve:

os entrevistados contam que sentiam o maior prazer de participar de mutirões por todos os bairros da Juréia. Era sempre uma oportunidade a mais para rever parentes e amigos, além de poder se divertir com o fandango.

Igualmente a Nunes, Mendonça (2010) no estudo de caso da comunidade caiçara de Praia Grande de Cajaíba em Paraty (RJ), localizada na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA Cairuçu) e na Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), as restrições ambientais foram relatadas como fatores que desencadearam a decisão de migração de alguns caiçaras para a cidade de Paraty. A autora identificou, por meio de memórias dos entrevistados: “lembrança de solidariedade, ajuda mútua e sociabilidade entre os moradores, no tempo em que não havia turistas, não existia delimitação de área protegida, ou pressão pela propriedade da terra” (IDIBEM, 2010, p.98).

Rocha (2017) também constata, na comunidade de Barbados no município de Guaraqueçaba (PR), que as restrições ambientais e, conseqüentemente, as punições pelo uso de recursos naturais estavam relacionadas à migração de

caiçaras da comunidade para a cidade. Com a migração, o declínio de prática de mutirões agrícolas e, conseqüentemente, o fandango. Ademais, ao conversar com ex-moradores da comunidade, constatou que alguns indivíduos migraram para a cidade de Paranaguá “em busca de melhores condições de vida”, já que as restrições ambientais afetaram os meios para a subsistência, para além de Paranaguá possibilitar acesso à educação e à saúde.

Os caiçaras, residentes de espaços rurais litorâneas, não tinham nesses, mesmo que minimamente, a estrutura que a cidade oferecia. Diegues (2008) relata que nas comunidades da Juréia-Itatins os elementos incentivadores da migração foram a falta de escola, o posto de saúde e a estrada. Mendonça (2008, p. 99) também aponta como ponto negativo à permanência na comunidade de Praia Grande de Cajaíba, a falta de estruturas para atendimento à saúde, além das dificuldades de ir à cidade quando não possuíam embarcação. A escola e o posto de saúde demonstram a dependência dos caiçaras à cultura “da sociedade urbana”.

A busca de emprego é outro fator identificado no estudo de Nunes (2003, p. 125), incentivador da migração, de maneira “a substituir o trabalho que realizavam antes das restrições da legislação ambiental”. Para Mendonça (2008, p. 31), a decisão de migração do sujeito caiçara para o urbano em Paraty estava atrelada as “oportunidades de emprego”. Logo, a decisão de migrar estava relacionada à perspectiva de futuro, “que inclui um desejo de ascensão social não vislumbrado no local de origem – influenciado por uma lógica urbana” (IBIDEM, p. 102-103).

Além da desterritorialidade espacial, que leva a descontinuidade de práticas de modo de vida caiçara pelos indivíduos migrantes, identificou-se a descontinuidade de certas práticas culturais dentro das comunidades caiçaras, motivadas pela chegada de elementos externos, como o das igrejas evangélicas<sup>6</sup>. Nunes (2003) menciona que, nas comunidades da Juréia-Itatins, as igrejas ocasionaram divisão entre membros da comunidade, afetando as relações de sociabilidade e gerando o enfraquecimento dos movimentos de luta pelos direitos do

---

<sup>6</sup> Para Diegues (2005) as igrejas evangélicas criaram novos modos de sociabilidade que continha a negação de algumas práticas culturais tradicionais, como o culto aos santos e os bailes. A ruptura nos valores religiosos (católico x pentecostal) aumentou o nível de conflitos nas comunidades, refletindo no comportamento das pessoas, como o aumento do consumo da cachaça. “A festa dos Reis, o Divino, estão fracassando; crente não vai na festa. O povo está esquecendo das antiguidades. Agora é baile e só da briga’ (entrevista com um pescador de Ubatimirin, católico) (DIEGUES, 2005, p. 308)”.

território. Mendonça (2010) também relata que, as relações de sociabilidade nas comunidades de Praia Grande de Cajaíba foram afetadas com a chegada da igreja evangélica, a qual coibia festas, danças e rituais, gerando conflitos entre católicos e pentecostais. O estudo de Rocha (2017) em Barbados converge com os demais, citando as regras da igreja proibiam a não realização do fandango e partidas de futebol, inviabilizando algumas práticas de sociabilidade caiçara.

A retomada dos mutirões foi registrado por Nunes (2003) durante sua pesquisa de campo quando participou de um mutirão na EEEJI de três dias com a participação de aproximadamente 70 pessoas e foram feitas três roças e a noite teve fandango até o amanhecer. A autora (2003) destaca que, os mutirões se tornaram momentos raros na Juréia-Itatins devido às restrições ambientais e à baixa densidade de moradores. Já Rocha (2017) cita que, na comunidade de Barbados em 2015 ocorreu um mutirão agrícola e em 2016 ocorreram quatro, após longa data sem a prática, sendo essa retomada com mudanças de acordo com os participantes mais antigos: roças menores, trabalho somente em um período do dia, diminuição no número de participantes e sem fandango ao final. A não realização do fandango, presume a autora (2017), seria uma consequência da conversão dos caiçaras para o cristianismo evangélico (pentecostal).

De acordo com os estudos de Nunes (2003), Mendonça (2010), e Rocha (2017), a migração de caiçaras de suas comunidades esteve atrelada às especulações imobiliárias e as restrições ambientais, as quais limitaram a reprodução para a subsistência, dado os limites espaciais para a produção, e o abandono, dado o abandono ou venda da área espacial, respectivamente. Por outro lado, a cidade possibilitava o acesso à escola para os filhos, o atendimento à saúde e uma oportunidade de emprego. Com a migração, os caiçaras vivenciaram processos de desterritorialização. Processo também vivenciado por muitos que ficaram nas comunidades, dado as transformações que o espaço sofreu, principalmente pela presença da igreja, que limitou festividades, restrições ao uso do espaço e migração de populações de origem externa que passaram a frequentar o espaço (especulação imobiliária).

## 1.6 TRAÇOS DA RETERRITORIALIZAÇÃO DO SUJEITO CAIÇARA

Para Durhan<sup>7</sup> (1978, p. 14), é na migração para a cidade que o sujeito sente a alteração nos modos de vida. O migrante ao sair de sua comunidade “não vive mais em um universo relativamente fechado; as atividades se dissociam; rompe-se a teia de significados inter-relacionados que abrangia a quase totalidade dos modos de vida”.

Com escassos recursos financeiros para morar em áreas com infraestrutura na cidade, os migrantes caiçaras direcionam-se para as áreas periféricas ou espaços sem infraestrutura, “onde passam a conviver com migrantes de outras cidades e estados, todos eles vítimas da pobreza (DIEGUES, 2005, p. 314)”. A grande maioria dos ex-moradores da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, que migraram para as periferias das cidades de Iguape e Peruíbe, segundo Nunes (2003, p. 130), “trabalham fazendo pequenos bicos, como caseiros, empregadas domésticas e poucos têm emprego regular como funcionário público ou no comércio”.

A autora (IBIDEM, p. 108) descreve que os caiçaras entrevistados relataram que foram embora para a cidade pela falta de escola para os filhos na comunidade, sendo comum “o lamento de que dificilmente poderão retornar, pois os filhos não querem. Alguns deles não conhecem a Juréia e não querem conhecer”.

Esse discurso também é identificado nas entrevistas de Mendonça (2010) com ex-moradores da Praia Grande de Cajuíba em Paraty (RJ) que migram para a periferia dessa: uma mulher, que cuidava da casa e dos filhos de uma vizinha, afirma que na cidade estava próxima “ao atendimento médico, a escola para os filhos e a obtenção de utensílios domésticos, como a geladeira, onde se pode guardar alimentos frescos”, mas lá, um dos filhos dela estava à procura de emprego e os demais trabalhavam ‘informalmente’ como pedreiros e caseiros. Seu marido, que também foi entrevistado, e anteriormente disse que era pescador, mencionava que, na cidade: “quando alguém precisa sempre ajuda, um vai à casa do outro” (p. 79).

Já outro entrevistado, um senhor, se referindo ao trabalho como meio de subsistência, argumenta que, “na cidade, cada um é por si”; “com o salário que a

---

<sup>7</sup> Durhan (1978) descreve que a migração para as cidades não é um fenômeno que emergiu no século XX, porém sua ampliação ocorre neste século no Brasil, caracterizado por migrações internas, acompanhando o ritmo acelerado da urbanização e das transformações econômicas e sociais desencadeados pelo processo de desenvolvimento.

gente ganha não dá para fornecer para a família tudo” (MENDONÇA, 2010, p. 76). Nesse “tudo”, incluía alimentação e transporte e no “salário” insere, o dinheiro como resultado do trabalho na cidade. Salieta-se que, trata-se de um sujeito que na comunidade não necessitava desse como meio para prover alimentos, tampouco deveria necessitar do transporte para o trabalhador, pois a pesca se dava no mar, próximo a moradia.

A manutenção da subsistência pelo trabalho assalariado na cidade também é identificado em outro casal entrevistado por Mendonça (2010): o homem era aposentado e a mulher já tinha trabalhado em diferentes atividades, como limpando camarão e costurando. Os dois filhos do casal trabalhavam como carpinteiros de barcos, mas não gostavam de pescar; uma filha estudava para ser professora e trabalhava em uma loja de roupas; e a outra filha era dona de casa. A mudança dessa família para a periferia da cidade, de acordo com a mulher, foi decidida coletivamente e baseou-se no argumento de que: “se a gente luta aqui para sobreviver, trabalha na roça, trabalha na pesca, faz de tudo para se manter. Lá vai ser a mesma coisa. [...] a gente não vai para a cidade para ficar de braços cruzados. A gente tem que ir à luta” (MENDONÇA, 2010, p. 84). Demonstrando já ter se adaptado: “Na verdade nesses cinco anos eu já comecei a enraizar” (MENDONÇA, 2010, p. 85).

Mendonça (2010) argumenta que, alguns dos seus entrevistados lastimavam a violência, as drogas e o barulho na cidade, os quais nos discursos pareciam não ocorrer no lugar de origem: o homem pescador relatou que tinha “que trancar a porta de casa, e a mulher deste, assustava-se no início com o barulho, como algo inexistente no lugar de origem.

Ao que parece, na cidade, o migrante caiçara não dispunham das mesmas sociabilidades, e até mesmo da mesma natureza para se relacionar com o espaço, para a continuidade do modo de vida que na comunidade caiçara; processos de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, desconstruções e reconstruções de sentidos de que poderia ser uma identidade caiçara. Outras relações sociais e com a natureza vão sendo estabelecidas; o sujeito adapta-se ao novo; o sujeito muda, portanto, alterando o território. Os modos de se relacionar com os outros e com a natureza a partir da mudança espacial, para a cidade ou periferia dessa, promoveu o abandono de algumas práticas, portanto princípios, do modo de vida caiçara e, por

vezes, algumas, alguns, foram reproduzidas, reproduzidos, conforme apontam Nunes (2003), Mendonça (2010) e Rocha (2017).

### 1.7 SÍNTESE DO PROCESSO TDR DO SUJEITO CAIÇARA

A partir do conceito de território e dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), bem como de estudos de casos que tratam da migração de indivíduos de comunidades caiçaras, exercitou-se uma interpretação desses processos pelo sujeito caiçara, os quais foram sintetizados no **Quadro 2**.

QUADRO 2. SÍNTESE DOS PROCESSOS DE TDR PELO SUJEITO CAIÇARA

Territorialidades do sujeito caiçara	Desterritorialização do sujeito caiçara	Reterritorialização do sujeito caiçara
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção para a subsistência, a distribuição e a troca (excedentes)</li> <li>- Base alimentar da agricultura itinerante, extrativismo, pesca/caça;</li> <li>- organização do trabalho em mutirões;</li> <li>- Sociabilidade pautada nas relações em família e vizinhança;</li> <li>- Compartilhamento de alimentos e bailes em festejos coletivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bioma Mata Atlântica regulamentado como áreas protegidas, com imposição de restrições de uso;</li> <li>- Especulação imobiliária nas regiões de praias;</li> <li>- Redução da área de cultivo para a reprodução humana;</li> <li>- Redução dos mutirões;</li> <li>- A instalação de igreja evangélica nas comunidades;</li> <li>- Redução dos festejos (Fandango);</li> <li>- Deslocamento da comunidade em busca da educação escolar, do atendimento hospitalar à saúde e do trabalho assalariado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O salário como remuneração pelo trabalho;</li> <li>- O dinheiro como meio de troca para a subsistência;</li> <li>- A ajuda ou cuidado com o outro;</li> <li>- os saberes sendo utilizados para a confecção de barcos;</li> <li>- A superação dos medos.</li> </ul>

FONTE: Diegues (1988; 2005); Marcílio (2006); Mendonça (2010); Nunes (2003); Sanches (2004); Rocha (2017).

ELABORAÇÃO: pela autora.

As comunidades caiçaras podem ser caracterizadas como territórios de sujeitos caiçaras pela sua construção singular “coletiva e multidimensional”, sendo essa resultante de relações de sociabilidade baseadas na família e na vizinhança em áreas próximas. Nas práticas de colaboração, de ajuda mútua, de partilha, como

nos mutirões, se transmite valores de vida. A subsistência é obtida da relação homem natureza, observada o tempo da natureza natural dessa se reproduzir. Nessas comunidades prevalece a reciprocidade para a garantia da subsistência de seus membros.

No território caiçara ou na comunidade caiçara, a reprodução social ocorre sob domínio de um modo saber, mesmo em diálogo com o externo (outros grupos sociais). Os saberes exógenos desterritorializaram o sujeito caiçara em seu território, fazendo com que migrassem para outros espaços, inclusive para a cidade, onde outras práticas levam a desterritorialidade do sujeito, entretanto, nunca na sua totalidade, já que o sujeito caiçara carrega traços do velho território e de suas territorialidades, mesmo que parcialmente nas novas territorializações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, baseada em revisões teóricas, relativas ao conceito de territorialidade, em seus processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização - TDR, e em revisões bibliográficas, relativas a definição de caiçara e desses sujeitos que migraram para outros espaços, permitiu compreender que as práticas sociais que dão subsistência a esse grupo social na comunidade não são as mesmas que promovem a subsistência no ambiente cidade, no entanto, o indivíduo, o sujeito sobre quem se narra é o mesmo. A migração do sujeito caiçara do espaço rural para o urbano promove desterritorialização desse. Em um ambiente diferente, o caiçara relaciona-se com outros, acionando valores pelas suas práticas, ao mesmo tempo reterritorializa-se ao adotar outros valores pelas práticas inerentes ao outro. Na cidade, o caiçara continua a manter relações sociais de amizade, respeito, entre outros com os membros da família, parentes e vizinhança. A obtenção da subsistência da família não decorre mais do trabalho coletivo dos membros dessa; o trabalho é individual e vendido em troca de salário; o salário, na forma de dinheiro é o meio para promover o sustento, para não dizer a subsistência, dado o preço recebido.

Na reterritorialização, alguns migrantes caiçaras reproduzem princípios (valores) das sociabilidades vivenciadas na comunidade, como da ajuda mútua. Em um ambiente urbano-industrial, esses valores mesclam-se, configurando outras



territorialidades, sendo essas resultado de um processo de “hibridização cultural”, como designado por Haesbaert (2011).

Em um ambiente distinto do vivido, onde a subsistência decorre de outras formas ou arranjos organizacionais, o caiçara migrante reterritorializa-se, ou seja, passa a relacionar-se com o outro e com a natureza a partir das práticas materiais e imateriais inerentes desse, contudo, sem abandonar as suas, como se fosse uma soma, os novos modos de conduzir a vida se somam ao modo caiçara, conforme afirma Saquet (2013, p. 162): “o novo contém em si o velho”.

O TDR pode ser observado por um olhar crítico, decorrentes de processos impostos por um modelo de desenvolvimento hegemônico global, onde os espaços, sem observar seus atores, são transformados em áreas de preservação ou são privatizados para o lazer. A escola, além de obrigatória e sem estabelecimentos nos diferentes espaços, uma alternativa para outra vida; a medicina, uma única forma de ampliar a expectativa de vida; a igreja a salvação dos desejos do homem. Os caiçaras, mesmo na comunidade, adentram a esse complexo movimento do modelo global de “desenvolvimento”, desejando viver na cidade, e nela ter emprego e salário, possibilitar o acesso a escola e a saúde. Se auto identificar um sujeito caiçara no contexto urbano, é, portanto, um movimento político de resistência, de salvaguarda cultural, mas que exige a reprodução, mesmo que parcialmente, não só de materialidades e imaterialidades culturais, mas sim das sociabilidades, nas quais estão inerentes princípios (valores) do agir com o outro e com a natureza.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, 2000, V. 43 nº 1. P. 145-182.

\_\_\_\_\_. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses P. de Albuquerque (org.). Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002. P. 27-43.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040 - **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> acesso 08 de fevereiro de 2021.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais caiçaras: o caso das comunidades caiçaras**. Série documentos e relatórios de pesquisa – nº 5. 4º Conferência da UICN União Mundial para Conservação da Natureza. Costa Rica, 1988. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/DiversidadeBio%20%26%20CultTrad015.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá**. *Não publicado*. Acervo digital Nupaub/USP, S/D. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Diversidade%20biol%C3%B3gica%20e%20cultural%20no%20Complexo%20Estuarino%20Lagunar%20de%20Iguape.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Esboço da história ecológica e social caiçara. In: **Enciclopédia caiçara. Vol.4: história e memória caiçara**. Org., Antonio Carlos Diegues. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005. P.273 a 320.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da Natureza intocada**. 6ª edição ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2008. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf> > 20 de fevereiro de 2021.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. 2º ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. Disponível em: < <http://www.eduff.uff.br/ebooks/Des-territorializacao-e-identidade.pdf> > Acesso em 20 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de registro do fandango caiçara**. Ministério da Cultura, 2011. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%3%AA%20Fandango%20Caicara.pdf> > acesso em 10 de fevereiro de 2021.

NEGRÃO, Francisco de Paula. **Memória Histórica Paranaense**. Imprensa Paranaense: Curitiba. 1934. Acervo digital Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá – IHGP.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia – Itatins/SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-12082004-153758/publico/Dissertacao.pdf> > acesso em 05 de agosto de 2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. 2. ed. – São Paulo: Edusp, 2006.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. **Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande de Cajaíba/ Paraty, RJ**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-22112011-165906/publico/marinadeoliveiramendonca.pdf> > acesso em 05 de agosto de 2021.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Org. Edgard Carone. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PAES, Silvia Regina. **Espaço da vida, espaço da morte na trajetória**. 1998. Mestrado (Dissertação em sociologia). Universidade Estadual Paulista. Araraquara – SP, 1998. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Silvia%20Regina%20Paes.pdf> > 20 de fevereiro de 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ªEd. São Paulo: Companhia de letras, 1995.

ROCHA, Jhulielli da. **Modos de vida, sistemas alimentares e transformações: os caiçaras de Barbados, Paraná, Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185586/PNTR0206-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > acesso em 05 de agosto de 2021.

SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. Edição 5ª. Editora Nacional: Brasília, 1987. Brasileira, v.380.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSIO, Eliseu Savério. (Orgs.). In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73 – 94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192p.

YAMAOKA, Juliana Greco. **Resistência pela permanência no território:** o caso da comunidade caiçara da enseada da baleia, Cananéia – SP. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável). Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2019. Disponível em <  
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65126/R%20-%20D%20-%20JULIANA%20GRECO%20YAMAOKA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

## 2 SOCIABILIDADES DE SUJEITOS CAIÇARAS, MIGRANTES, NA ILHA DOS VALADARES – PR

### INTRODUÇÃO

A migração é um processo de deslocamento de indivíduos pelo espaço geográfico. A migração do campo para as cidades, no Brasil, no século XX, ganhou amplitude e proporção com a urbanização e industrialização. A cidade, enquanto ideário de concentração de “riqueza” e de inovações, atraiu a população “mais pobre” das áreas rurais (DURHAN, 1978) que adentrava a esse ambiente em busca de “melhores condições de vida e mesmo de sobrevivência” (MENDONÇA E LIMA, 2020, p.19).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam o aumento da população urbana em relação a rural a partir de 1970, quando essa registrou que 55,98% da população residente, comparado a 1960 com 45,08%, e a 2010, com 84,36% (IBGE, 2010). Dentre as consequências da migração de indivíduos de comunidades tradicionais para a cidade, Durhan (1978) aponta ter sido a ruptura de certos valores pela inserção de novos padrões de comportamentos.

A migração de caiçaras, considerados uma população de comunidade tradicional, Diegues (2005, p. 275) menciona, ser um “padrão cultural comum” desta população, com variadas causas, mas que nas décadas recentes deixou de ser temporária, sendo “marcado por não-retorno aos lugares de origem. [...] associada à atração a vida urbana e a perda de suas terras nas praias” (p. 307).

Os caiçaras são mencionados na literatura como população residente do litoral entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná, “vivendo no interstício da Mata Atlântica e do mar”, com modo de vida relacionado à “atividades de terra e mar”; “relações sociais marcadas pelas reciprocidades” e “ligações afetivas com o sítio ou praia”; “a produção material e não material da vida [do caiçara] não são espaços separados, mas combinam-se para produzir seu modo de vida” (DIEGUES, 2005, p. 275).

No litoral do Paraná, as comunidades das baías de Paranaguá e de Guaraqueçaba são identificadas como sendo de população caiçara (DIEGUES, 2005; LANGOWISKI, S.D), e foram destas comunidades que migraram indivíduos

para a cidade de Paranaguá, dispersando-se no espaço geográfico urbano. Entretanto, foi na Ilha dos Valadares<sup>8</sup> que parte da população das comunidades tradicionais vizinhas veio a residir. A Ilha dos Valadares está distante a 400m da área central cidade de Paranaguá, se integrando a parte continental por meio de uma ponte para pedestres, inaugurada em 1991.

Consentino et.al. (1982) ao realizar uma pesquisa na Ilha dos Valadares com 519 pessoas residentes, constatou que, 33,2% desses eram nascidos em Paranaguá, 20,1% eram nascidos na Ilha dos Valadares, 25,2% em Guaraqueçaba e outros 21,5% em diversas localidades do litoral do Paraná, como Antonina, Ilha do Mel, Ilha Rasa, além de outras cidades do Paraná e de outros estados. Na época, a Ilha dos Valadares era considerada um aglomerado rural. Rodeada de rios, próxima a baía de Paranaguá e caminho para a baía de Guaraqueçaba, com um detalhe, próximo a área central cidade, o que pode ter contribuído para atrair parte da população caiçara migrante.

De acordo com Martins (2018, p.04), o crescimento populacional da Ilha dos Valadares teve início na década de 1950 “quando a comercialização do café e da madeira movimentava o porto de Paranaguá”. Esse crescimento populacional vinha de diversas comunidades das baías de Paranaguá e de Guaraqueçaba. Mesmo com a diminuição da demanda de mão-de-obra no porto, Paranaguá continuou atraindo pessoas (ABRAHÃO, 2011).

Na Ilha dos Valadares a presença caiçara é registrada num letreiro na praça em frente a ponte de acesso: “Eu (amo) Ilha dos Valadares: Terra do Fandango Caiçara”. O Fandango<sup>9</sup> é uma expressão coreográfica, musical e poética de divertimento da cultura caiçara que ocorria após os mutirões coletivos de coleta ou construções (IPHAN, 2011). Atualmente, existem sete grupos de Fandango Caiçara na Ilha dos Valadares: Grupo Mestre Romão, Grupo Mestre Brasília, Grupo

---

<sup>8</sup> No diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá (FUNPAR, 2007), a Ilha dos Valadares é caracterizada como área do perímetro urbano e de ocupação irregular, com ausência de infraestrutura. Valadares contempla três sub-bairros: Vila Bela, Sete de Setembro e Itiberê, divisão não oficial. Por meio da Portaria SPU/SEDDM/ME Nº 9.825 (BRASIL, 2021), a Ilha dos Valadares foi concedida pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao município de Paranaguá sob regime de concessão de direito real de uso, com o objetivo da regularização fundiária em benefício de até 5.000 famílias de baixa renda. De acordo com a Prefeitura de Paranaguá (2021b), a regularização fundiária ainda tem um longo caminho para ser finalizada, já que há algumas moradias construídas em área de preservação ambiental, nas margens dos rios e manguezais, o que impõe a necessidade de autorizações junto aos órgãos ambientais.

<sup>9</sup> Em 2012, o Fandango Caiçara foi considerado patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013).

Mandicuera, Grupo Pés de Ouro, Grupo Mestre Eugênio, Família Domingues, Grupo Viola Afinada Mestre Zeca.

A pesca e venda do pescado e as embarcações nas margens do rio Itiberê, que separa a Ilha dos Valadares do continente, também são expressões de populações caiçaras, citadas por Diegues (2005).

Essas evidências materiais e imateriais da presença caiçara na Ilha dos Valadares por pressuposto decorrem de interações humanas, sociabilidades, entre indivíduos que se identificam como sujeitos caiçaras, migrantes de comunidades do espaço rural de Guaraqueçaba e/ou da baía de Paranaguá. Neste sentido, este capítulo tem como objetivo investigar expressões de sociabilidades narradas por sujeitos caiçaras, migrantes, cujas memórias transitam entre o passado e o presente, tendo a migração como o marco da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (SAQUET, 2009, 2013) do sujeito caiçara.

Este capítulo, além desta introdução, está dividido em quatro partes. Na primeira, coloca-se em diálogo a sociabilidades de Simmel (1983), Giddens (2008), Mauss (2003), Polanyi (2000), Belluzo (2013), Durhan (1978), Sauborin (2004, 2009, 2011a, 2011b) e Temple (1989). Na segunda parte, apresenta-se os procedimentos metodológicos e os desafios de campo para a construção dos resultados apresentados; na terceira parte, contempla a descrição e discussão das narrativas do(a)s entrevistado(a)s, e por fim, as considerações finais.

## 2.1 EXPRESSÕES DE SOCIABILIDADES

A sociabilidade é um conceito teórico, que, de acordo com Simmel (1983), permite observar a sociedade (unidade) como uma construção decorrente da interação humana. Assim, é de se presumir que existam diferentes sociabilidades, as quais se fundamentam no agir entre indivíduos, que para o autor, agem por impulsos e/ou propósitos *comuns* para satisfazerem seus interesses. A sociação, é o que fundamenta “que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles” (p. 165). Nas interações, o fenômeno sociabilidade assume uma “*forma lúdica da sociação*”.

Para o autor, a sociabilidade é uma “forma pura” da interação entre os indivíduos sem intervenção de conteúdos materiais, e está pautada em comportamentos de respeito com o outro, dado que a quebra desse gera a degeneração desta. O *tato* é uma característica essencial para a regulação da sociabilidade por esse ser determinado por qualidades como amabilidade e cordialidade pelos indivíduos. “Riqueza, posição social, cultura, fama, méritos e capacidades excepcionais não podem representar qualquer papel na sociabilidade” (SIMMEL, 1983, p. 170). A sociabilidade se dá pela interação de iguais, não pode ser um jogo entre indivíduos que compõe estratos sociais ou classes diferentes, pois a relação entre indivíduos pertencentes a estratos diferentes é “amiúde inconsistente e dolorosa” (IBIDEM, p. 172). Para Simmel (1983, p. 172), “cada indivíduo deveria *oferecer* o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc.), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo *recebe*”, o que remete a noção da ação recíproca.

A sociabilidade que se constrói a partir da convivência com outros indivíduos, parte do processo de socialização do indivíduo, ou seja, de um processo de aprendizagem. Para Giddens (2008, p. 28 e 29), o processo da socialização do indivíduo, desde a infância, permite a aprendizagem sobre o modo de vida da sociedade na qual se vive, sendo este um processo contínuo, portanto, podendo ser visto em fases: 1) na socialização primária, a família é o principal “agente de socialização”, sendo considerado o período mais intenso da aprendizagem cultural (da fala, dos padrões de comportamentos): “a socialização liga as diferentes gerações entre si”; e 2) na socialização secundária, os agentes externos a família assumem o processo (escola, instituições, meios de comunicação), no “momento tardio da infância a fase adulta”, no mostrar as crenças, normas e valores que fazem parte da sua cultura.

O “oferecer e receber” de Simmel (1983), fundamentado em valores sociais aprendidos na socialização, é estruturante no conceito de reciprocidade de Mauss (2003), observando sociedades “ditas atrasadas, arcaicas ou primitivas”. O autor (2003), quando identificou a reciprocidade, tinha como questão problematizadora compreender qual a regra de direito e de interesse que fazia com que um presente recebido (materialidade) fosse obrigatoriamente devolvido, ou ainda, compreender a existência de uma força da coisa dada que fazia com quem a recebesse a retribuísse. Analisando as sociedades da Polinésia, Melanésia e do Noroeste



americano, observou que: as trocas de presentes se davam a partir de dádivas baseadas no trinômio dar, receber e retribuir e se consistiam em prestígio e honra, o que demonstrava o comportamento de respeito, cordialidade e amabilidade, citados por Simmel (1983).

O dar, receber e retribuir era uma forma de “mercado”, um regime diferente da sociedade moderna, sem moeda e sem mercadores. Eram prestações e contraprestações que se estabeleciam de forma voluntária, mesmo que no fundo, houvesse obrigatoriedade (MAUSS, 2003).

Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ - podemos dizer igualmente ‘cortesias’, mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se ‘devem’ – elas e bens – aos outros (MAUSS, 2003, p. 263).

Com base em Simmel e Mauss, a reciprocidade, manifestada pelo “oferecer e receber” imaterialidades e pelo “dar, receber e retribuir” materialidades, respectivamente, fundamenta interações entre indivíduos, promovendo sociabilidades.

A reciprocidade, também foi abordada por Polanyi (2000), que buscava compreender a origem das sociedades de mercado. Para o autor, as sociedades de mercado se estruturam por meio de relações sociais baseadas no princípio da troca, e não evoluíram de sociedades “ditas primitivas”, porque essas não tinham a troca como um princípio que as fundamentavam. Nessas, o sistema econômico era motivado pelo princípio da reciprocidade, e não pelo do ganho ou lucro que move a troca. O agir que move o indivíduo pelo princípio da reciprocidade é o Outro, sendo esse um princípio que contribuiu para a subsistência de grupos. Nas sociedades caracterizadas pela reciprocidade, os indivíduos se organizam para que nenhum membro seja acometido pela fome.

Dentre os princípios<sup>10</sup> de comportamento entre indivíduos, citados por Polanyi (2000), o da reciprocidade é fundamentado em interações entre iguais, relações simétricas, baseadas em atributos de virtude e honra, os quais contribuem

---

<sup>10</sup> Polanyi (2000) registra ainda dois outros princípios entre os indivíduos que promovem a subsistência de grupos, portanto “econômicos” no sentido substantivo, que caracterizam sociedades: o da redistribuição e o da troca, promovendo sistemas econômicos de centralidade e de mercado, respectivamente, os quais, juntamente com os citados anteriormente, podem manifestar-se individualmente ou em combinação.

para a salvaguarda da produção e distribuição, promovendo a subsistência do grupo. Para o autor (p. 70), a reciprocidade é um comportamento humano, incrustada nas relações sociais, que estabelece estabilidade ou segurança: “o que [se] dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã”.

Belluzo (2013, p.20) menciona que: a sociabilidade nas sociedades regidas pelo mercado possibilitou “libertar a vida humana e suas necessidades impostas pela natureza”:

O fenômeno da socialização moderna se realiza mediante a divisão do trabalho, diferenciação de funções, a individualização de comportamentos e valores, a intensificação da dependência recíproca e, conseqüentemente, a crescente *socialização da produção* e da satisfação das necessidades. O social se apresenta diante dos indivíduos que o compõem como algo autonomizado, um sistema de necessidades que só podem ser satisfeitas pela atividade anônima de outrem (BELLUZO, 2013, p. 20).

Para Giddens (2008, p.23): “Alguns valorizam grandemente o individualismo, enquanto outros podem enfatizar as necessidades coletivas”. Destaca o autor que, o comportamento dos indivíduos é influenciado pelo meio social onde nasce e cresce, inserido desta forma numa identidade social, que é a “marca” de um grupo, entretanto, o indivíduo tem livre arbítrio para pensar e agir.

Na mesma linha, Durhan (1978) argumenta que, o meio rural e o urbano promovem sociabilidades e socializações distintas entre os indivíduos, e a migração do primeiro meio citado para o segundo não é somente um deslocamento geográfico, mas uma mudança social: “A migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num outro conjunto de relações, que eram esporádicas e se tornam permanentes” (IBIDEM, 1978, p. 137). Para a autora, o sujeito do meio rural está inserido em uma comunidade, pertence a um grupo social específico. Ao migrar para o meio urbano rompe com aquele modo de vida, integrando-se uma sociedade com representações e práticas sociais distintas do seu modo de vida anterior.

As sociedades “ditas primitivas”, que se caracterizam pela agricultura tradicional, e as sociedades de mercado, industrial (moderna), também promovem ocupações distintas do espaço, denominando esse de: rurais e urbanos, os quais são discutidos por Sabourin (2011b, p. 24).

Discutindo a Teoria da Reciprocidade Renovada de Temple (2011) Sabourin (2011b) argumenta que, a sociabilidade baseada na reciprocidade não ocorre

somente entre iguais, como em Polanyi (2000), bem como pode envolver terceiros. Sabourin (2011b, p. 24) defende a noção e o princípio da reciprocidade para caracterizar relações e prestações materiais por essa ter natureza distinta da do princípio da troca:

Necessitamos da noção e do princípio de reciprocidade, precisamente para caracterizar relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiem apenas a satisfação de interesses materiais privados que correspondem bem ao espírito do princípio de troca.

Sabourin (2009, p.51) “define a reciprocidade como o redobramento de qualquer ação ou prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana”. O autor (2009) com essa nova definição de reciprocidade converge com Polanyi (2000, p. 77), que adverte sobre a predominância do princípio da troca em uma sociedade:

[...] o controle do sistema econômico pelo mercado é conseqüência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.

Com base nesses argumentos, Polanyi (2000) advoga por uma economia incrustada nas relações sociais e não ao contrário, o que também é sugerido por Sabourin (2004, p. 83) referenciando Lana (1995):

[...] a lógica do sistema de reciprocidade não considera apenas a produção exclusiva de valores de uso ou de bens e serviços, mas a criação do ser, da sociabilidade. Procura, portanto, a ampliação das relações sociais e afetivas.

Temple (2011), na Teoria da Reciprocidade Renovada, apresenta a reciprocidade como um *sistema* baseado em formas, estruturas e níveis. As formas são como são manifestadas as reciprocidades: positiva, negativa e simétrica (SABOURIN 2011b). A positiva está ligada a dádiva, ao prestígio do dar e receber; a negativa está relacionada à vingança, à exclusão do outro e ao sentimento de honra,

como cita Sabourin (2011b, p.50): “é um sistema de regulação da violência e de produção de valores, inclusive com o inimigo. O objetivo não é a violência, nem mesmo a vingança, é a reciprocidade”; a dialética entre forma positiva e a negativa gera uma forma simétrica de reciprocidade que, segundo Sabourin (2011b), é a mais equilibrada, dando origem a valores sem dominação ou relação de poder. A relação simétrica é de um equilíbrio contraditório de união e oposição. Para o autor (IBIDEM, p.43), o sentimento gerado na relação simétrica “se transforma em valor espiritual ou ético: amizade, confiança, justiça, responsabilidade”, constituído pelo terceiro incluído (consciência/simbólico) na reciprocidade, fazendo com que cada pessoa da relação haja e sinta a mesma coisa simultaneamente.

A estrutura em que ocorrem as relações de reciprocidade, segundo Temple (2000, apud SABOURIN, 2011a, p. 52), “é a matriz de um sentimento específico”, e se constitui por: reciprocidade binária e reciprocidade ternária. A estrutura binária, que ocorre “face a face” cria um sentimento de amizade, e por meio “compartilhamento” cria um sentimento de participação e confiança (SABOURIN, 2011b). A estrutura ternária, por vez, decorre de processos de responsabilidade pela vida gerada (unilaterais - pelos pais), de compartilhamento de recursos comuns no plano do sentimento da justiça (bilaterais) e de obrigação pela obediência (centralizada) (SABOURIN 2011b).

A reciprocidade percorre três níveis: real, simbólico (a linguagem) e imaginário (as representações), porém indissociáveis. O real parte da ação concreta: do eu com o outro, gerando os primeiros sentimentos de reciprocidade, a depender da recepção do outro, expressos na linguagem simbólica e capturados no imaginário, esse no campo das representações (TEMPLE, 1989; SABOURIN, 2011b). Na recepção no imaginário, a ação concreta assume as formas.

Em estudo recente, buscando observar práticas de reciprocidade em sociedades rurais no Brasil, Sabourin (2004) destaca a ajuda mútua ocorrida por meio de mutirões para a construção de bens coletivos, como escolas, e de mutirões para benefício de família(s), como em plantações e colheitas. Os mutirões não envolviam o pagamento em dinheiro, o recebedor retribuía a doação de alimentos ou o compartilhamento desses em festas, sustentando um sistema de reciprocidade.

A lógica da reciprocidade nessas sociedades se propagava por gerações, fortalecendo sociabilidades, o que, segundo o autor, não ocorre nas sociedades fundamentadas no sistema de intercâmbio de troca, onde os indivíduos se movem

pela concorrência e acumulação individual. Sabourin (2011a) traz contribuições para a Teoria da Reciprocidade citando os “sistemas mistos”, caracterizados pela conexão de práticas de reciprocidade e troca, presentes nas sociedades camponesas e indígenas contemporâneas.

Temple (1989) menciona que, na atualidade vive-se a preocupação da perda da sociabilidade ou a procura da mesma. Ressalta o autor que, a reciprocidade é praticada no real, em parte das atividades produtivas, entretanto os indivíduos não a percebem, pois a interpretam dentro da concepção do paradigma dominante de intercâmbio de troca.

A sociabilidade, após essa revisão, pode ser tida como um elemento estrutural das sociedades, já que se refere a interação entre indivíduos, que aprendem pela socialização. Cada sociedade vivencia sociabilidades imaterial e material, mas alguns autores apelam para que a reciprocidade seja dominante nas sociedades por não expressar apenas relações simétricas no mesmo grupo, mas por expressar relações entre indivíduos.

Essa perspectiva teórica deve possibilitar a identificação de diferentes sociabilidades narradas por sujeitos que se identificam como pertencentes a um grupo social específico, no caso aqui da comunidade caiçara, contudo, residentes de um espaço urbano: Ilha dos Valadares em Paranaguá, possibilitando capturar diferentes sociabilidades vivenciadas pelo mesmo indivíduo.

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada é de cunho qualitativo, por buscar abordar uma realidade que não é possível quantificar. Explica Minayo (2002, p. 21 a 22) que, por meio de uma pesquisa qualitativa busca-se trabalhar “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

Dentre as metodologias de pesquisa qualitativa está a da História Oral, que se utiliza do método de entrevista, possibilitada por meio de um diálogo com “[...] indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2008, p.155).

As entrevistas realizadas nesta pesquisa têm no centro da investigação sociabilidades (interações entre indivíduos) presentes na memória dos entrevistados e que expressam diferenças nas sociabilidades passadas (comunidade) e presentes (urbano), pelos sujeitos que se identificam como caiçaras e que viveram na área rural de Guaraqueçaba e/ou da baía de Paranaguá, e atualmente residentes na Ilha dos Valadares. O local de origem e de residência são critérios objetivos para a escolha do(a)s entrevistado(a)s. A identidade caiçara é critério subjetivo, atribuído pelo próprio entrevistado.

Para chegar aos entrevistados e entrevistadas planejou-se utilizar da técnica Bola de Neve (*Snowball*). A Bola de Neve é uma técnica de amostragem que tem caráter não probabilístico, ou seja, “não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, porém torna-se útil para estudar determinados grupos de serem acessados” (VINUTO, 2014, p. 203).

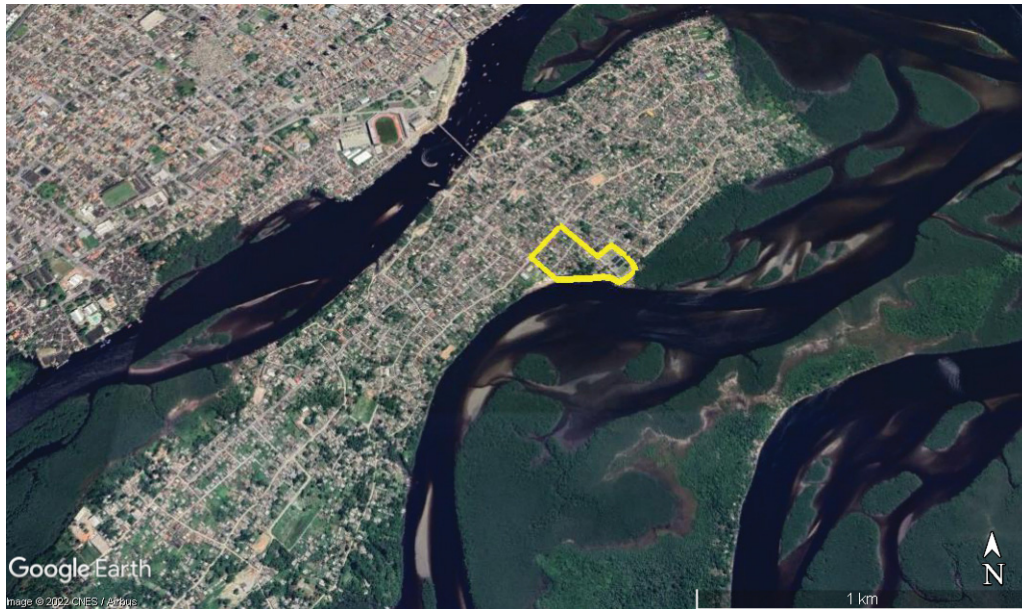
Pelo perfil do público-alvo desejado para entrevista, recorreu-se inicialmente à Associação de Moradores da Ilha dos Valadares, pela finalidade desta instituição, cuja sede, por pressuposto, proporcionaria a interação de moradores, porém não houve retorno da pessoa contatada. Devido ao tempo para executar as entrevistas, num mestrado variar de um a dois anos, a outra opção foi a escolha aleatória de um residente que atendesse aos critérios para dar início a Bola de Neve.

Durante uma caminhada no sub-bairro Vila Bela, região central da Ilha dos Valadares, duas abordagens foram realizadas, porém não atendiam aos critérios da pesquisa: uma pessoa citou ter vindo de Morretes (PR) e outra havia nascido na Ilha dos Valadares. Na terceira abordagem, em frente a uma residência, um casal, que questionados atendiam aos critérios, e concordaram em participar da entrevista.

Os **entrevistados A e B**, que foram entrevistados em 14/03/2022, são pais de sete filhos, avós de dez netos e bisavós de quatro bisnetos, todos residentes na Ilha dos Valadares. O casal manifestou resistência em indicar outras pessoas para participar da pesquisa, mesmo a entrevistada B afirmando que na Ilha dos Valadares: “tem gente do Tromomô, da Ilha Rasa, tudo vizinho, tudo pessoa conhecida”. Foi um filho do casal que indicou as proximidades do Salão de Festas do Unidos do Mingão e do posto de saúde Emir Roth como um local com moradores migrantes de espaço rural de Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá (Figura 2). O filho não autorizou a gravação da voz, não participando da entrevista. Optou-se por

não entrevistar os filhos dos entrevistados, os quais poderia até ampliar o número de entrevistas, porém foram os pais os tomadores de decisão de migração.

FIGURA 1 – LOCALIDADE DAS ENTREVISTAS



FONTE: Imagem Google Earth, 2022

LEGENDA: Localidade indicada pelo filho dos entrevistados A e B.

Pelas descrições foi possível chegar ao local, mas as residências estavam fechadas, sem ninguém para abordar em frente. Assim, abordou-se uma mulher (04/05/2022) que trabalhava em um pequeno comércio, muito receptiva, mencionou que migrou da Ponta de Ubá (Paranaguá) ainda muito criança, indicando quatro possíveis entrevistados, assim, tornou-se a semente da “Bola de Neve”. Uma das indicadas foi sua mãe, porém por questões particulares a mesma não participou da entrevista.

Ainda no dia 04/05/2022, outra indicação foi uma senhora, que quando abordada prontamente veio conversar. Questionada se identificava como caiçara reagiu com desconhecimento a palavra. Na mesma data, também por indicação da semente, buscou-se contato com outra mulher, porém sem sucesso naquela data e em outras, na residência ninguém atendia ao chamado.

No 06/05/2022, numa área no entorno da Unidade de Saúde, outra tentativa de entrevista aleatória se deu pela abordagem de um homem, o qual se considerou caiçara e havia migrado de uma ilha da baía de Paranaguá. Marcamos a entrevista

para o dia 07/05/2022 e ele não estava em casa. Em data posterior outra tentativa sem sucesso.

No dia 07/05/2022 abordou-se um homem que também se considerou caiçara e havia migrado de uma comunidade da baía de Paranaguá, assim, marcamos uma entrevista para o dia 09/05/2022 e ele não estava em casa. Em 12/05/2022 ao encontrá-lo na rua, o mesmo disse não ter interesse em realizar a entrevista, mencionando gentilmente que eu encontraria outras pessoas ali na localidade.

Ainda no dia 07/05/2022, por indicação da semente, na rua lateral a quadra do comércio, uma mulher ao ser questionada sobre ser caiçara reagiu com desconhecimento a palavra.

No dia 09/05/2022, chegou-se ao **entrevistado C**, indicado pela semente e visitado no dia 04 e 06/05/2002 sem sucesso. O entrevistado se encaixava aos critérios da pesquisa, migrante da Ilha das Peças e se considerava caiçara. Pai de cinco filhos, dos quais, três residem na Ilha dos Valadares próximo a casa dele, e dois dos seus filhos residem na parte continental do Município. Avô de dez netos e bisavô de dois bisnetos.

No dia 12/05/2022, realizou-se a entrevista com o **entrevistado D**, encontrado aleatoriamente na área no entorno da Unidade de Saúde no dia 06, e marcada a entrevista para o dia 07/05/2022 sem sucesso. Migrante de Bertiooga (Guaraqueçaba), pai de quatro filhos, três residindo na Ilha dos Valadares, e avô de cinco netos.

Buscando uma nova semente, foi perguntado ainda no dia 06 ao homem que se tornou entrevistado D se ele conhecia alguém que se encaixava no perfil da entrevista, e ele indicou um homem que recentemente tinha vindo do espaço rural de Guaraqueçaba, apontando em direção a uma casa. Na residência indicada foram feitas duas (06/05/2022 e 07/05/2022) tentativas sem êxito.

Ainda na data de 12/05/2022, caminhando na rua indicada pela semente, lateral a quadra do comércio, foi observado uma mulher mexendo nas plantas do quintal, quando foi demandado a ela sobre o local de procedência e sobre ser caiçara, ela indicou que era migrante da Ponta de Ubá (Paranaguá) e sim, era caiçara. Ela pediu para que aguardasse até a chegada do seu companheiro para marcarmos uma entrevista. No dia 13/05/2022 os dois foram entrevistados: **entrevistado E** e **entrevistada F**, migrantes da Ponta de Ubá (Paranaguá). Respectivamente, a



mulher tinha 64 anos e o homem 75 anos, pais de uma filha e avós de cinco netos. A filha não residia mais na Ilha dos Valadares, os netos sim.

No dia 16/05/2022 recorreu-se as proximidades do bar do Mingão, nas margens do rio dos Correias, na localidade do “mar de lá”, quando foram realizadas outras duas abordagens, as quais não atenderam ao perfil do público desejado na pesquisa: um homem, vindo do estado do Maranhão, e uma mulher, vindo de Curitiba. Daquela data foi encerrada a busca de outros entrevistados, após recorrentes visitas nas localidades indicadas e sem êxito.

As entrevistas com A e B foram realizadas em 14 de março de 2022, mas no dia 23 de abril retornou-se a casa dos entrevistados para fechar algumas lacunas. No total foram realizadas 17 abordagens, destas, seis foram entrevistas efetivadas (sendo duas conjunta), quatro não tiveram interesse em participar, e sete não se enquadraram, e quatro tentativas de abordagens sem sucesso.

A Figura 3 apresenta o local de origem dos entrevistados antes da migração para a Ilha dos Valadares em Paranaguá. Cabe destacar que, para o entrevistado A e a entrevistada B, na segunda visita, esta imagem foi levada para a localização da “ilhinha”, já que não se achou registro sobre essa localidade. Com a descrição do local pelos entrevistados, chegou-se a uma indicação próxima da localização.

FIGURA 2 - LUGAR DE ORIGEM DOS SEIS ENTREVISTADOS



FONTE: Imagem Google Earth, 2022

LEGENDA: Marcadores em amarelo= localização dos lugares de origem dos entrevistados; contorno em amarelo sinalização da localização da Ilha dos Valadares.

Sobre ser caiçara: o entrevistado A se posicionou como caiçara dizendo: “como se diz, meu tronco, que diz o dizer daqui é caiçara, caiçara mesmo. Nós somos de Guaraqueçaba mesmo”. O entrevistado C relaciona o caiçara com a pesca: “A gente trabalha[va] mais na área da pesca, a gente se considera mais caiçara, apesar de não tanto assim”. E continua a discorrer sobre ser caiçara:

Caiçara deve ser o que (risos)?! Olha eu nunca escutei essa palavra. Depois aqui no Valadares no caso, o Fandango Caiçara, que vim saber o que é caiçara, porque lá pro lado de São Paulo (SP) e Paraty (RJ) também tem lá, tem esse negócio de fandango... eles tiveram aqui no Valadares, a gente se considera caiçara mesmo, porque tenho meu compadre que chama o pessoal de caiçara: oh caiçara! (ENTREVISTADO C).

O entrevistado D se considera caiçara sem hesitar: “Ah sim, com certeza. Vai dizer não, se você era do ... [risos]. Não tem como menti. Tem muitos que não gosta” e complementa “Eu acho assim que por ser a gente do sítio né, e fazer tudo [toda] a parte do sítio, assim né. Não tinha outro jeito”. O entrevistado menciona que não se importa de ser chamado de caiçara, argumentando que há pessoas que migraram do sítio que sentem vergonha de serem chamadas de caiçara.

O entrevistado E se considera caiçara relacionando inicialmente a palavra com o fandango. E depois complementa: “trabalhador da lavoura, artesanato”. Explica:

Naquele tempo o caiçara para nós é assim, depois a gente foi descobrir que significava aquilo que a gente dizia que nos era da lavoura, era da agricultura, é a mesma palavra, o mesmo procedimento. Nos era tratado como lavrador, trabalhador da roça, pescador. A nossa pesca é consagrada como caiçara mesmo, pescador caiçara (ENTREVISTADO E).

No Quadro 3 apresenta-se algumas informações fornecidas pelos seis entrevistados, os quais se identificam como caiçara e migrantes do espaço rural de Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá.

Para realização das entrevistas foi elaborado um roteiro semiestruturado com questões referentes as interações sociais no lugar de origem e na Ilha dos Valadares, percepções socioambientais. As transcrições das entrevistas ocorreram simultaneamente com o campo, porém por ser um processo minucioso foram finalizadas no dia 24 de maio de 2022.

Houve a negativa de três entrevistados em fornecer o CPF ou RG pelo medo do uso inapropriado desses, entretanto eles forneceram suas assinaturas e autorização das informações.

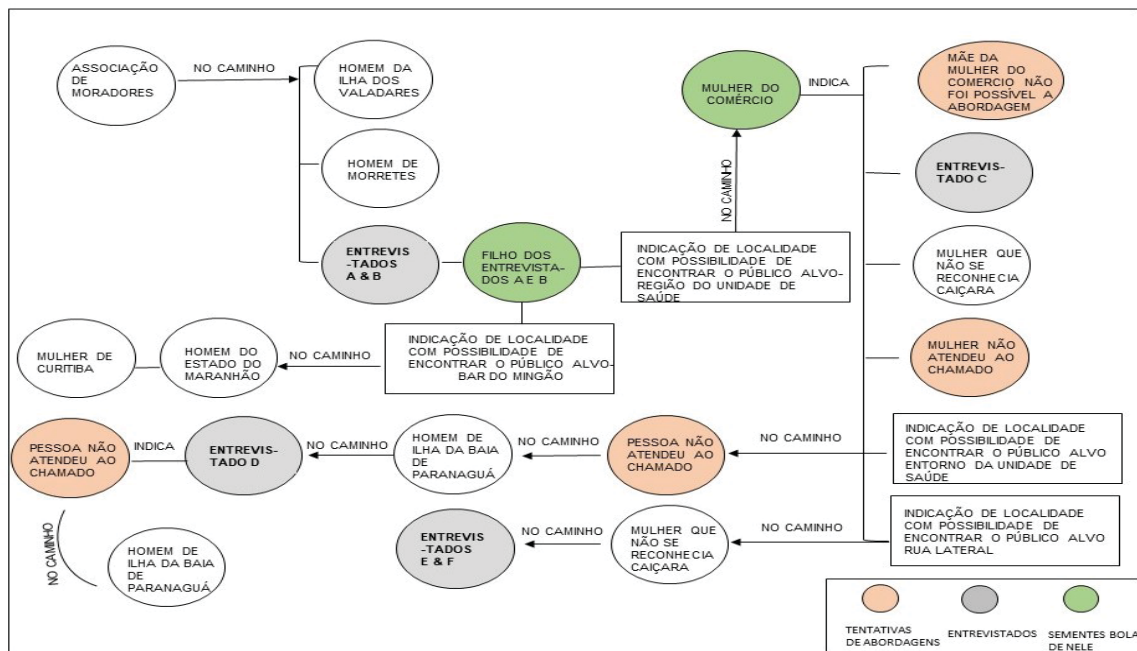
QUADRO 3 - DADOS DO(A)S ENTREVISTADO(A)S

Entrevistado(a)	Gênero	Idade atual	Estado civil	Local de origem da época da migração para a Ilha dos Valadares	Ano de migração para a Ilha dos Valadares	Idade na época da migração	Tempo de residência na Ilha dos Valadares
A	Homem	84	Casados	Ilhinha – Serra Negra – Guaraqueçaba	1978	40	44
B	Mulher	80				36	
C	Homem	73	Viúvo	Ilha das Peças – Guaraqueçaba	1986	37	36
D	Homem	68	Viúvo	Bertioga - Guaraqueçaba	1982	28	40
E	Homem	75	Casados	Ponta de Ubá – Paranaguá	1981	34	41
F	Mulher	64				23	

FONTE: Elaborado pela autora.

Na Figura 4 apresenta-se um esquema realizado por meio da técnica “Bola de Neve” para encontrar as pessoas na Ilha dos Valadares.

FIGURA 3 - ESQUEMA PERCORRIDO ATRAVÉS DA TÉCNICA “BOLA DE NEVE”



FONTE: Elaborado pela autora.

## 2.3 SOCIABILIDADES DEFININDA POR DIFERENTES ESPAÇOS DA VIDA: MEMÓRIAS DE SUJEITOS CAIÇARAS

A sociabilidade, por ser um conceito definido pela interação entre indivíduos, expressa ou traduz princípios que fundamentam ou estão fundamentados em relações que envolvem imaterialidades (atributos de virtude e honra, amor) e materialidades entre os indivíduos que participam de uma comunidade humana. Entre os princípios, o da reciprocidades, o qual não se restringe à uma só forma, estrutura ou nível. A reciprocidade não se restringe à relação entre iguais – podendo decorrer de relações entre indivíduos de grupos distintos –, ou à uma forma positiva – podendo ser negativa ou simétrica -, ou à uma estrutura binária – podendo ser ternária (envolvendo gerações futuras), ou ainda, a um só nível (real) – envolvendo símbolos (linguagem) e representações (imaginários).

A migração, de acordo com Durhan (1978), pode proporcionar abandono de um conjunto de relações sociais, contudo, não os princípios que norteiam as sociabilidades.

### 2.3.1 Memórias de sociabilidades nas comunidades caiçaras pelo sujeito caiçara

A migração já fazia parte da trajetória de vida dos entrevistados B, C, E e F anterior a ocorrida para o ambiente urbano. Os entrevistados relataram ter vivido em outras comunidades rurais, abandonando as pessoas com quem mantinham relações sociais, não parecendo que a forma, a estrutura ou os níveis das relações sociais eram distintas, dado tratar-se de um mesmo tipo de sociedade. A migração de comunidade em comunidade foi narrada pelo entrevistado E, que aos três anos de idade mudou-se da localidade de Açungui (Guaraqueçaba) para Medeiros de Cima (Paranaguá), levado pelos pais, aos 18 anos mudou-se para Medeiros de Baixo (Guaraqueçaba) e após dois anos de casado com a entrevistada F migrou para Ponta de Ubá (Paranaguá).

Já a entrevistada F, residiu na Ponta de Ubá (Paranaguá) até o casamento com entrevistado E, migrando com ele para Medeiros de Baixo e retornado ao lugar de origem, juntos, após dois anos. A entrevistada B, após casar-se com o

entrevistado A, migrou da comunidade Rio das Canoas (Guaraqueçaba) para a “ilhinha”, local onde ele residia. O entrevistado C também relata que passou parte da sua infância em “Guaraituba”, localidade de aproximadamente 40 minutos da parte central da Ilha das Peças, para onde mudou-se posteriormente com a família, ainda na adolescência.

A migração rural-urbano-rural foi relatada pelo entrevistado A, que aos 17 anos migrou para Paranaguá, onde após um ano e meio, retornou a “ilhinha”, onde ficou residindo até os 40 anos de idade.

As sociabilidades nas sociedades rurais, de acordo com os entrevistados, estavam baseadas em atributos de virtude e honra, amor, solidariedade e amizade, conforme conta a entrevistada B, ao falar da relação com suas vizinhas quando morava na “ilhinha” e seu marido (entrevistado A) saía para o trabalho:

Ah era muito bom. Esse aí [entrevistado A] saía para fazer qualquer coisa no serviço, elas [vizinhas] já vinham me buscar, vinha com canoa grande, porque era tudo rio, sabe? Vinha me buscar eu com o guri, eu sei que, era muito bom demais. Agora não tem mais ninguém lá, nem para conversar (risos) (ENTREVISTADA B).

A sociabilidade de forma simétrica positiva entre as famílias (vizinhança) no espaço rural é identificada nos argumentos do entrevistado D, quando fala do lugar: “lá no sítio? Lá era com a vila inteira, lá tinha umas quarenta casas acho. A maioria quase toda família, então a amizade da gente era bem legal”. Reciprocidade também presente na narrativa do entrevistado E, quando esse se refere as relações de amizade com a vizinhança de “medeirinhos”, Vila São Miguel, Ponta de Ubá (prainha), Piaçaguera e Amparo, localidades com acesso terrestre, entretanto banhadas pelas águas da baía de Paranaguá:

Então é assim, então nós, lá fazia de tudo um pouco, como eu falei pra você, era a vizinhança lá, pra dizer melhor, tudo aquela redondeza, nos era amiga de tudo mundo, era uma amizade só, nos era unido com Medeirinhos, com Vila São Miguel, unido com Prainha do pasto, Medeiros de baixo, tudo aquela redondeza, tudo amizade, não tinha briga, não tinha tiro, não tinha nada era só uma amizade, um respeito, uma sinceridade, independente de religião, era uma irmandade só (ENTREVISTADO E).

Nos lugares de origem, os entrevistados A, C, D, E, F relataram que praticavam a pesca e a agricultura. O entrevistado A relatou que no local de origem “viviam como no sítio”, plantando e pescando. O entrevistado C relata que para além

do cultivo da mandioca, pescava e seu avô produzia farinha de mandioca: “Meu avô tinha uma roda que rodava mandioca, forno que forneava, isso eu tinha a idade de uns 6 anos mais ou menos, 8 anos por aí, quando eles tinham esse negócio de fazer farinha lá”. Relata também que seu pai e seu avô vinham de canoa a remo comercializar os peixes em Paranaguá, e o que não vendiam, salgavam e comercializavam ou trocavam por banana e outras coisas nos distritos de Tagaçaba e Serra Negra, em Guaraqueçaba: “O pessoal vinha também trazia banana essas coisas, trocavam por peixe, faziam essa troca de banana essas coisas”. Outra recordação do entrevistado C se refere ao não acesso a refrigeração no lugar: a “Bebida era quente, não tinha gelo sabe, se bebia bebida quente, eu lembro que meu pai ia na roça e trazia melancia, não tinha onde gelar”.

O entrevistado D também recorda do seu pai saindo de Bertiooga (Guaraqueçaba) numa canoa a remo com dois amigos rumo à Paranaguá para comercializar peixe. Ainda sobre seu pai, menciona que ele tinha uma lavoura, cortava palmito e caxeta, coletava ostra, como disse o entrevistado: “ele se virava”. Ele cortava laranjeiras para confeccionar tamancos para serem usados nas batidas do fandango, e que o carregava, quando criança para os mutirões. Outra recordação dos tempos na comunidade foi referente à iluminação: “Lá na minha época a gente começou com aquela luz a de querosene, depois para aquele liquinho<sup>11</sup>”.

Recorda o entrevistado E que, no espaço rural cultivavam grãos, tubérculos e caçavam, para além de produzirem cestos e canoas, mas que em decorrência de medidas de proteção ambiental passaram a ter medo de caçar:

Trabalhava na lavoura e na pesca, a turma ali é tudo assim sabe. Fazia balaio, fazia cestos, fazia canoa, roçava, fazia roça, plantava arroz, feijão, milho, fazia tudo sabe, nos tinha “múndel” [armadilha] para caçar caça [animais silvestres, exemplo: tatu e paca], nossa vida era assim, tirava ostra, tirava caranguejo, nos fazia tudo, era tihoso, até hoje. Caçava fazia tudo, agora já não dá mais, por lá já tem medo de caçar por causa polícia ambiental né.

[...] nos fazia de tudo um pouco né, mas fazia “coisarada”, nós tinha tanto da comida, tanto que não sabia nem o que “cume”, tinha aqueles “cocheiras” cheias de farinha, de biju, de cará, de batata, era demais, demais. (ENTREVISTADO E).

---

<sup>11</sup> Também conhecido como lampião, tem como estrutura um botijão a gás pequeno acoplado a uma cúpula de vidro e um registro de gás.

O entrevistado C relata que, na Ilha das Peças todos se conheciam, e que para a pesca muitas vezes se ajudavam uns aos outros para o “lanço” ou quando precisavam de algum tipo de rede. A ajuda que parecia necessária para a pesca em coletivo, parece basear-se em relações simétricas, de estrutura “face a face” e de “compartilhamento”, como categorizada a reciprocidade por Sabourin (2011b). Outras evidências de ocorrências de reciprocidades simétricas positivas de “compartilhamento” foram relatadas pelo entrevistado D, que disse que sempre estava junto com os demais pescadores: “pescava tudo junto”, e pela entrevistada F, que disse que na prática de fazer farinha de mandioca todos ajudavam: “Eu lá no sítio trabalhava, ajudava todo mundo, fazia farinha”. Complementa:

[...] eu relava para quase todo mundo lá, relava para todo mundo, eu relava demais pra turma lá. Nós fazia assim pra cumé né, tudo eles faziam farinha. A vizinha lá que tinha uma casa de farinha, ela tinha uma roça, ela me chamava pra ir rela, relava, fazia biju tão bom (ENTREVISTADA F).

A sociabilidade baseada em reciprocidade assimétrica positiva também pode ser observada na narrativa do entrevistado D quando esse fala da casa de farinha do avô de sua esposa (*em memória*), o qual disponibilizava para uso da vizinhança: “todo mundo podia usar”.

A ajuda mútua na forma de mutirões aparece nas narrativas dos entrevistados A, C, D e E. Os mutirões, conforme Sabourin (2004), não envolviam pagamento em dinheiro, tratava-se da doação de alimentos ou do compartilhamento desses em festejos após a coleta, fortalecendo o sistema de reciprocidade positivas. O entrevistado E recorda que, na comunidade de Medeiros de Cima “medeirinhos”, onde viveu até os 18 anos, uma família ajudava a outra na pesca e depois comemoravam juntos:

Lá era uma família né, uma família só, por acaso assim ó meus irmãos e minhas irmãs, meu pai e minha mãe, nos fazia roça pra nós, apetrecho de pesca e tudo pra nós, e depois nos ia fazer pra outra família, entendeu? No caso primeiro nos fazia pra nós, depois nos fazia pra você, pra tua família, pra você, ai você já ia fazer pra outro, tipo mutirão, fazia numa semana, numa época pra um, e depois pra outro, e cada ajuntamento que a gente fazia de pessoas assim pra fazer, pra um ajudar o outro, melhor dizendo, era uma festa, era baile, fandango, era dois três dias, mais ia mulhereda de “tuda” parte, com acordeom, com tudo (ENTREVISTADO E).

O entrevistado A ao ser questionado se existia mutirões na “ilhinha”, respondeu: “Fazia muito mutirão lá”. Entretanto, a entrevistada B disse que após

casarem-se 1960 e mudarem-se para lá já não haviam mais mutirões, porque haviam poucas pessoas residindo decorrente das proibições para subsistência no local: “as pessoas não podiam cortar um palmito porque era proibido, fazer roça, então ficou muito difícil, as pessoas foram indo embora. Então ficou sozinho o lugar lá”. O entrevistado C também menciona que quando era criança acompanhava sua mãe para ajudar nos mutirões em “Guaraituba”. No núcleo central da Ilha das Peças, disse que não havia essa prática. Assim como em “ilhinha”, em “Guaraituba”, o entrevistado C menciona que não há mais moradores: “só tá as taperas como a gente fala, tapera é um lugar onde você sai e ali acaba tudo”.

O entrevistado D recorda que na sua infância em Bertiooga ia aos mutirões com seu pai: “O mutirão da roça chegava uma turma pra trabalhar, as mulheres para fazer a comida”. O fandango em Bertiooga também foi recordado pelo entrevistado, que relata que quando tinha aproximadamente 10 anos essa forma de socialização entre os moradores deixou de acontecer: “porque depois lá entrou a parte evangélica, aí foi a vila inteira, aí acabou”.

### 2.3.2 Memórias de sociabilidades urbanas pelo sujeito caiçara

As sociabilidades manifestadas no espaço urbano, de acordo com Belluzo (2013), estruturam sociedades modernas, são organizadas para responder a produção industrial, a partir da divisão do trabalho, e o produto voltado ao mercado, portanto, com relações sociais fundamentadas no princípio a troca. No espaço urbano, os interesses materiais são individuais (SABOURIN, 2011b), e nas relações sociais não se aprofundam o conhecimento sobre o outro; a sociedade torna-se um elemento do mercado, conforme apontou Polanyi (2000).

A Ilha dos Valadares, resultado da escolha dos entrevistados para residir, parece ser justificada por ser uma ilha e estar próxima a área central da cidade. Para o entrevistado A, morar na Ilha: “é muito bom, em meia hora a gente tá no centro”. Para o entrevistado C, a proximidade da ilha com a cidade e a estrutura que atualmente apresenta são os pontos positivos de morar no Valadares:

[...] eu sempre gostei de morar aqui, que é perto pra mim sabe, daqui a Paranaguá, de bicicleta, é quando eu usava bicicleta era 10 minuto, tava no centro né, daqui na estiva era 25 minuto que fazia. Eu gosto aqui da Ilha,



agora tem o posto aqui pertinho, tem outro mais ali atrás, tem dois supermercados aqui né, tem bastante coisa aqui na Ilha dos Valadares (ENTREVISTADO C).

O motivo da migração do entrevistado E para a cidade foi o trabalho, esse estimulado pela família. O entrevistado narra que ainda era jovem quando escutava o discurso de sua mãe para que migrasse para trabalhar empregado porque a “vida num sítio” não tinha futuro, o qual ele concorda:

[...] vá trabalhar, porque aqui não tem futuro, aquela coisa toda. Naquele tempo já exista gente que dizia que não tinha futuro, que sítio não tinha futuro, e não tem mesmo né, não tem, o cara trabalha e num né, só tem! Aqui o pessoal se emprega né, ainda com tudo né?! (ENTREVISTADO E).

Os entrevistados homens migraram para Paranaguá em busca de trabalho (emprego). Para além do emprego, a migração do entrevistado A e da entrevistada B foi motivada para dar possibilidade aos filhos de estudar. O entrevistado A adentrou ao mercado de trabalho no porto de Paranaguá na função de arrumador até 1997, quando se aposentou. O entrevistado C disse ter sido motivado por: “um amigo aqui de Paranaguá [que] foi lá na Ilha das Peças e me convidou para vir pra cá para trabalhar na estiva [porto no Paranaguá], aí eu vim. Vim com ele, meu irmão também veio”, aposentando-se na função de estivador no porto em 2006.

O entrevistado D, que migrou para Paranaguá motivado pela esposa (*em memória*) que era professora em Bertiooga, continuou a exercer a pesca como lazer, Em Paranaguá empregou-se em uma empresa privada no setor portuário. O entrevistado E trabalhou em empresas privadas na área portuária e de segurança (vigilante) até se aposentar em 2014.

A entrevistada F, que migrou para acompanhar o entrevistado E, em Paranaguá trabalhou como diarista e cuidadora de idosos e ainda não conseguiu se aposentar.

A narrativa da entrevistada B também parece carregar traços da sociabilidade do espaço rural, porém com bens doados característicos do espaço urbano:

[...] eu andava por tudo esses lugares aí [no Valadares] arrecadando as coisas, compra, roupa, sapato tudo quanto era coisa, pra doar. Aí vinha aqui em casa né, deixava em um quarto aí, vinham aqui em casa e levavam, até agora vem aqui pedir. Até ontem meu filho tava falando: mãe quando for sete-oito horas da noite, a senhora não pode abri o portão pra... poque vem

gente pedir comida. É perigoso ele [filho] diz, que vocês ficam sozinhos. Mas a gente assim mesmo com as coisas que tem faz um pacotinho, aí é de dia né (ENTREVISTADA B).

Na Ilha dos Valadares, a prática de doar da entrevistada B pode ser interpretada como uma relação de reciprocidade assimétrica positiva para com terceiros, demonstrando afetuosidade com o outro. A prática de sociabilidade respaldada na reciprocidade assimétrica da entrevistada B parece ser reproduzida por um dos seus filhos, conforme ela relata: “Eu tenho um filho que trabalha na estiva [porto de Paranaguá], que ajuda um, ajuda o outro. Agora esses dias ele me disse: mamãe, acho que agora eu tenho que viver pra mim, né?”. Um discurso que parece sinalizar um desejo de mudança nas interações sociais.

O reconhecimento do outro pela prática de doar a terceiros talvez seja o que espera o doador. O entrevistado E também menciona sobre as doações realizadas pela entrevistada F para com terceiros:

Ela [entrevistada F] não tem maldade com ninguém, não tem pensamento negativo com ninguém, pode ser um maloqueiro, pode ser um cachaceiro, chega no portão, tem tal coisa?! Quer um copo de água, ela leva uma garrafa, já dá uma garrafa (ENTREVISTADO E).

O entrevistado D fala em ajudar o outro trazendo o tempo (hoje) no discurso como se a ajuda fosse algo temporal, e não como resultado de diferentes sociabilidades: “[...] porque têm muitas pessoas passando necessidade hoje”.

A reciprocidade ternária unilateral é explicitada na fala da entrevistada B, ao descrever as visitas de seus filhos: “ele veio foi uma alegria, já compraram carne, já assaram”; depois se refere a outro filho: “Tem um filho que trabalha na prefeitura, já trouxe um peixinho para a gente almoçar e foi trabalhar”.

A sociabilidade baseada em reciprocidades positivas pode ser observada nas interações dos entrevistados com a vizinhança, como narra pelo entrevistado C, que argumenta que há convivência com seus vizinhos, e que parte desses são também ex-migrantes do espaço rural de Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá, evidenciando a continuidade de relações simétricas positivas no espaço urbano, o qual continua sendo tratado como “sítio”:

[...] mas é muito bom morar aqui, minha esposa gostava muito daqui, pessoal vizinho, maioria tudo do sítio que mora aqui, muita convivência junto, aqui do lado a Neusinha mora, aqui a irmã dela, aqui outro do sítio,

aqui do lado também, lá trás é outro do sítio, do lado ali também é outro. É muito bom, eu gosto muito daqui os vizinhos são tudo bom aqui, sabe (ENTREVISTADO C).

Em outro trecho, o entrevistado C evidencia o relacionamento com a vizinhança, utilizando palavras que expressam amabilidade para se referir a relação para demonstrar que dentro da reciprocidade há sentimento pelo outro, uma consciência afetiva: “Tenho bastante amigo aqui na Ilha, sempre trato as pessoas com amor, hospitalidade, não sou uma pessoa assim de olhar nas pessoas e por defeito, sabe, não gosto dessas coisas”.

Na narrativa do entrevistado D, as sociabilidades de vizinhança no espaço urbano se mostram diferentes das no rural: “totalmente diferente”. Para o entrevistado, suas relações sociais urbanas estão pautadas nas relações com os familiares e vizinhos (poucos): “tem pessoa que a gente conheceu que não é da família que a gente se dá muito bem”. Dos vizinhos tem os que considera “legal” e outros que não tem interação.

De acordo com a entrevistada F, suas relações com a vizinhança “da rua”, são com algumas pessoas da Ilha das Peças e outras da Ponta de Ubá, ou seja, são relações entre migrantes. Relações que podem ser interpretadas como simétricas, e positivas, quando correlacionada com ao “dar” que a entrevista diz realizar: “meu marido reclama, você planta e dá tudo (risos). Quando eles [vizinhos] têm eles dão pra mim. Aquela vizinha quando faz pão ali, ela me dá também”. E ao “receber”: “Aqui são muito bom demais, dão roupa pra mim, algumas vizinhas assim. Minha roupa é tudo usada”.

As relações dos entrevistados A e B com uma das vizinhas, de acordo com o relato desses, fez com que adiassem a ampliação do muro lateral que demarca a divisão dos dois quintais. O entrevistado A sorrindo e apontando para a casa da vizinha diz: “Essa aqui traz [vizinha], qualquer coisa de bom, essa daqui [entrevistada B], já leva daqui pra lá”. E continua: “A gente quer aumentar o muro, mas vai deixar um pedaço com tela, pra conversar”.

No dia que ocorreu a entrevista com os entrevistados A e B, contou a entrevistada B que, um neto, que reside na casa deles na Ilha das Peças, havia ido visita-los, levando uma abóbora, limões e camarões. A relação de dar e receber, que se mostra presente na comunidade de origem, e, influenciando as relações no espaço urbano, gerando outras reciprocidades, dado que a entrevistada B, com risos

diz: “já dei um pouco de limão pro vizinho”, pode ser interpretada com reciprocidade simétrica positiva.

Os entrevistados A, C, D, E e F, por outro lado, também discorrem sobre interações assimétricas, vivenciadas no meio urbano, observada de maneira mais específica nas relações de trabalho. Temple (1989, 2011) aponta que a reciprocidade simétrica se caracteriza pela dádiva do dar e receber no núcleo familiar, no de vizinhança e nas relações com terceiros, distinta da reciprocidade assimétrica, baseada nas relações de desiguais, como decorrentes das relações de trabalho urbano.

As relações assimétricas, recorrentes no trabalho assalariado, decorre do dar e receber desigual entre os indivíduos. O entrevistado A, por 17 anos foi arrumador no porto de Paranaguá e em troca recebia uma remuneração (salário), com a qual promovia a subsistência sua e de sua família.

O entrevistado C, comparando a pesca e o trabalho desenvolvido no porto, faz menção a “estabilidade” proporcionada pela remuneração pelo trabalho assalariado. No discurso, a interação entre as pessoas, que destacaria relações assimétricas, não é mencionada:

A gente já sofreu tanto na pesca. Situação difícil na pesca, principalmente agora no frio, bem terrível a pesca no sítio, e aqui não, aqui você trabalha, na estiva é assim também, você trabalha com chuva também, tem navios que trabalha com chuva, outros não, trabalha ou não trabalha você tá ganhando né. A partir da hora que você entra no navio, você tá ganhando no caso (ENTREVISTADO C).

A reciprocidade assimétrica também é identificada nos argumentos do entrevistado E, que diz comercializar o excedente da pesca, não fazendo uso desse para doação, como ocorria no sítio. A pesca, no sítio, era fruto de um trabalho que poderia ser doado, mesmo que “todos” pudessem realizar. No urbano, a pesca parece assumir uma alternativa de obtenção de ganhos monetários de um trabalho que todos poderiam realizar no mar: “Não, não. Todo mundo tem aqui”.

A “violência” urbana também pode ser interpretada com uma reciprocidade assimétrica de interações sociais narradas pelos entrevistados. O entrevistado E cita que, não tem embarcação, pois foi roubada. A palavra “roubada” na narrativa dele indica que alguém retirou algo dele sem seu consentimento, evidenciando a sociabilidade assimétrica negativa: “não vou comprar mais porque roubam tudo, é

bom pra quem mora na beira [do rio dos Correias] lá em baixo, de lá tá olhando, porque por aqui não dá não, pra sair por lá de noite é perigoso né”.

Essa, “violência”, relatada igualmente pelo entrevistado C, aparece quando ele disse que já foi vítima de furto na sua residência, tanto que cortou a “cerca viva”, muro natural, para a construção de um muro de alvenaria.

O entrevistado A cita a “violência” na Ilha dos Valadares, quando perguntado a ela se sentiu diferença na Ilha deste quando chegou com sua família: “ah é, não tem palavras”. Discorre: “em seguida matam gente por aí, matam rapaziada, a gente fica triste e com medo né, porque tem os meninos [filhos] que vão trabalhar de noite”. O entrevistado A continua: “eu digo onde tá o pensamento e a coragem do cara que tem uma arma, matar uma pessoa assim, no meio ‘disque’, no meio de mais gente”.

Para o entrevistado D, a “violência” na Ilha está relacionada com a “vinda de gente de fora”, porém não parece afeta-lo: “Eu gostei de morar aqui, o que acontece é entre eles. Gosto muito daqui, pra mim é tranquilo”.

O entrevistado E em sua narrativa compara o comportamento das pessoas do rural, que promove sociabilidade rural, e das pessoas do espaço urbano, que promove sociabilidade urbana. Em ambas o comportamento humano é apontado como instrumento da socialização, conforme abordado por Giddens (2008):

[...] porque gente do sítio gosta de especular é o costume que eles têm, que nós temos, de especulador, dá muita risada, conversa muito, fala tudo errado, mas é assim, aqui o povo já é mais concentrado, mais moderado com um tipo de conversa.

O importante é a gente sempre conversando bom dia, boa tarde, procurar, é criação. Inclusive tem gente que ele assim né, eu não entendo isso aí, ele não gosta de soltar palavra assim, de conversar, tem medo, assim tal. Eu não, sou diferente, deu certo no final não deu certo eu converso (ENTREVISTADO E).

O “mais concentrado”, o “mais moderado” da narrativa do entrevistado E, parece ter sido proposto na discussão de Belluzo (2013), quando argumenta que a socialização moderna, se manifesta a partir da individualização dos comportamentos e valores.

### 2.3.3 A escolha de mundo do sujeito caiçara

Questionado se voltaria a morar no “sítio”, o entrevistado A, mesmo tendo uma casa na Ilha das Peças, argumenta não ter mais saúde. O entrevistado C, após sua aposentadoria comprou uma casa na Ilha das Peças, mas argumenta não ter a intenção de morar permanentemente lá. Para ele, os dois espaços lhe proporcionam a sensação de estar próximo a Natureza:

Lá na Ilha das Peças você sabe que lá o lugar é uma ilha, e a gente tem a Natureza lá é maravilhoso né, porque você tem aquele ar gostoso de manhã quando acorda, só que aqui na ilha dos Valadares também, por ser uma ilha também é gostoso de viver aqui (ENTREVISTADO C).

De acordo com o entrevistado C, a Ilha das Peças é diferente de quando morava lá: as pessoas não são do local, essas construíram “casa de dois andares. Menina, casa linda que tem lá que eles fizeram”. O entrevistado D também não demonstra interesse em retornar para residir em Bertioga, mesmo tendo água encanada, luz elétrica e internet, conforme relatado pelo mesmo: “Ah não tenho. Olha, se minha esposa fosse viva ela até queria fazer uma casa lá pra gente ficar uma semana pra lá”.

Questionada se retornaria a Ponta de Ubá, a entrevistada F respondeu: “não”, sem nenhum comentário. De acordo com o entrevistado E, eles mantiveram uma casa na Ponta de Ubá, onde plantavam, porém o vandalismo os desanimou, levando-os a vender a casa. Costumam ir para visitar os familiares e participar das festas evangélicas. Conta o entrevistado E que na Ponta de Ubá agora tem muita gente e “só gente de fora”: “se veio 50 [para a cidade] foi 200 pra lá”, antes “era só gente do lugar, ali iam casando iam progredindo, agora não, agora foi gente demais da cidade pra lá”, e não só para a Ponta de Ubá, menciona o entrevistado E: Vila São Miguel e Medeiros de Baixo também e já ouviu falar que Piaçagura está com essa dinâmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “sociabilidade”, central na presente pesquisa, percorreu revisões teóricas e escuta de um público-alvo selecionado, e nessa, ocorreram interações entre a pesquisadora e os entrevistados e entrevistadas, provocadas pela

pesquisadora. Acredita-se que, a não aceitação em fornecer o CPF ou RG pelos entrevistados pode estar relacionada a falta da confiança na pesquisadora, já que para essa demanda-se tempo, fundamentais na construção de sociabilidades, em especial construídas a partir de reciprocidade positivas.

Para a busca do público-alvo, a técnica de pesquisa “Bola de Neve” não ocorreu como se esperava. Ao invés da indicação de outra pessoa, ocorreu a indicação de localidade onde seria possível encontrar o perfil requerido como público da pesquisa, o que parece ter sido uma inovação pelo recorrente na pesquisa. A mudança da técnica não era possível, pois exigia reiniciar, assim, optou-se por adaptar, de acordo com a situação real do campo.

As entrevistas ocorreram com indivíduos de faixa etária entre 64 a 84 anos, isso porque os mesmos se enquadraram nos critérios da pesquisa: ter migrado da área rural de Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá e se identificar como sujeito caiçara. Não caberia realizar uma pesquisa enquadrando o público-alvo a uma identidade. Se reconhecer caiçara é um ato político de resistência, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (DECRETO nº 6.040/2007). Destaca-se que, dos seis entrevistados nenhum adentrou a abordagem política do que uma identidade cultural representa, talvez pela falta de envolvimento com grupos articulados nesta questão, como o dos ligados ao fandango caiçara da Ilha dos Valadares.

O caiçara, que elenca uma identidade cultural, é uma construção recente (DIEGUES, 2005), o que pode justificar que na narrativa dos entrevistados, esse termo só veio a ser conhecido na Ilha dos Valadares. Esse termo, e não essa identidade, parece estar relacionada a um modo de vida do espaço rural ou junto ao mar, de acordo com referências bibliográficas está relacionada a comunidades tradicionais ocupando áreas territórios entre o litoral sul do Rio de Janeiro e o Paraná (DIEGUES, 2005). Entre os indivíduos abordados, dois não se reconheceram como caiçara, demonstrando que, mesmo sendo migrantes do espaço rural de Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá, desconhecem o significado da palavra, o que parece não ser dois casos isolados, abrindo-se questionamentos a projetos de pesquisas futuros.

A pesquisa realizada com sujeitos caiçaras na Ilha dos Valadares evidenciou que existe traços de sociabilidade rural presentes nas sociabilidades que se manifestam no espaço urbano. Para além de um leiteiro, das embarcações, da

venda de peixe, dos grupos de fandango, que representam materialidades relativas ao caiçara na Ilha do Valadares, notória são as sociabilidades entre iguais, - entre pessoas que tem traços semelhantes de história de vida-, e com terceiros, - pessoas não caiçaras, na subjetividade. A harmonia na relação com o Outro é evidenciada nas práticas dos caiçaras entrevistados mesmo no espaço urbano. As reciprocidades simétricas positivas, entre iguais ou para com terceiros, nesse espaço é invadida pelo medo, gerando relações assimétricas, especialmente evitando relação que levem ou gerem a violência urbana.

Na Ilha comportamentos simétricos e assimétricos mesclam-se, sem fazer perder a identidade de ser um sujeito caiçara. O agir humano, manifestado no cotidiano, perpassando no tempo passado-presente, cruza histórias, percorre ruas, becos e vielas, adentra domicílios e atravessa a ponte.

O conceito de sociabilidade, observado a partir do caiçara e explorado no espaço urbano de uma Ilha revela que um modelo de desenvolvimento que se propagou para ser hegemônico, gerou violência e individualização, ou seja, sinais de reciprocidades assimétricas, os quais enfraquecem as interações entre os indivíduos, e desses também com a Natureza. O estudo da sociabilidade revela emergente pesquisas socioambientais, tendo o lugar/local, o espaço, como dimensão importante por expor fragilidades nas relações, logo, se faz urgente dialogar e pensar alternativas para um outro desenvolvimento, esse inspirado em princípios de reciprocidade simétrica e positiva, pois só a reciprocidade é capaz de gerar solidariedade entre indivíduos e entre esses com a Natureza.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26205/TESE%2BCOMPLETA%2BCINTHIA%2BSENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In. **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (org.) 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto: 2008. p.155-202



BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução à democracia radical de Marx, pensador da modernidade (capítulo1). In: **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BRASIL. **PORTARIA SPU/SEDDM/ME Nº 9.825**, DE 12 DE AGOSTO DE 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-spu/seddm/me-n-9.825-de-12-de-agosto-de-2021-338589709>> acesso em 01 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **DECRETO nº 6.040**, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em 01 de junho de 2022.

CONSENTINO, André. et.al., **Ilha dos Valadares (baía de Paranaguá)**. Curitiba: imprensa da UCP, 1982. Xerox.

DIEGUES, Antonio Carlos. Esboço da história ecológica e social caiçara. In: **Enciclopédia caiçara. Vol.4: história e memória caiçara**. Org., Antonio Carlos Diegues. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005. P.273 a 320.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. 2º edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1978.

FUNPAR, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá**. Vol1. Análises temáticas e diagnóstico. 2007. Disponível em: <[https://www.paranagua.pr.gov.br/plano\\_diretor/+-%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20I-%20An%C3%A1lise%20e%20Diagn%C3%B3stico.pdf](https://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/+-%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20I-%20An%C3%A1lise%20e%20Diagn%C3%B3stico.pdf)> acesso em 16 de março de 2022.

GIDDENS, ANTHONY. **Sociologia**. 6ed. Tradução de: Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos, Vasco Gil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008 (tradução do original inglês Sociology, 4ª edition).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 1.8 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>> acesso em 21 de junho de 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de registro do fandango caiçara**. Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caiçara.pdf>> acesso em 10 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Certidão do Fandango Caiçara**. 2013. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certid%C3%A3o\\_FANDANGO\\_CAI%C3%87ARA\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certid%C3%A3o_FANDANGO_CAI%C3%87ARA(1).pdf)> acesso em 01 de abril de 2022.

LANGOWISKI, Vera Beatriz Ribeiro. **Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá**. Acervo digital Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá – IHGP.

MARTINS, Patrícia. **Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeca: Uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189951/PASO0447-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MENDONÇA, Francisco; LIMA, Myrian Del Vecchio De. A cidade sob o enfoque socioambiental: Curitiba e região metropolitana como lócus de uma abordagem interdisciplinar da urbanização em vista da relação sociedade- natureza. p.11-25 In: **A cidade e os problemas socioambientais urbanos [recurso eletrônico]: uma perspectiva interdisciplinar** / Francisco Mendonça, Myrian Del Vecchio de Lima, organizadores. – Dados eletrônicos. – Curitiba: Ed. UFPR, 2020. Disponível em: <[https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/12/A-cidade-e-os-problemas-socioambientais\\_digital.pdf](https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/12/A-cidade-e-os-problemas-socioambientais_digital.pdf)> acesso em 21 de junho de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza (organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

PARANAGUÁ. **Ilha dos Valadares passa a pertencer à Paranaguá**. Reportagem: 06 de novembro de 2021a. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia891.html>> acesso em 16 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Processo de regularização fundiária da Ilha dos Valadares começará em janeiro**. Reportagem: 08 de dezembro de 2021b. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia981.html>> acesso em 16 de março de 2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **TOMO**. São Cristóvão -SE. Nº VII, 2004.

\_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011a, p. 24-51.

\_\_\_\_\_. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011b.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSIO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73 – 94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192p.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org. da coletânea); tradução Carlos Alberto Pavanelli et.al. São Paulo: Ática, 1983.

TEMPLE, Dominique. **Les origines anthropologiques de la réciprocité**. 1989. Disponível em: [http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite\\_2&id\\_article=17](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=17) Acesso em 03 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Por que precisamos de outra lógica. Tradução de Eric Sabourin. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 2, 2011: 257-269

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250> acesso em 11 de agosto de 2021.

### 3 O BEM VIVER CAIÇARA: REFLEXÃO A PARTIR DA ESCUTA DE SUJEITOS CAIÇARAS DA ILHA DOS VALADARES - PR

#### INTRODUÇÃO

O Bem Viver, um conceito de origem ancestral indígena, abre possibilidade para se imaginar outros mundos de bem viveres que respeitem uma diversidade de modos de vida existentes e em construção. Esse se coloca em contraposição ao paradigma a um modo único de conduzir a vida, portanto, se coloca contrário ao modelo único de desenvolvimento. O Bem Viver busca a reconexão do homem consigo, com o Outro e com a Natureza, sendo visto como uma saída à crise socioecológica global. Como cita Krenak (2020, p. 30): “Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos”, ou seja, desenhar “novos projetos de sociedade” (SAMPAIO, ALCÂNTARA E VIEIRA, 2022, p. 165).

O modelo de desenvolvimento único tenta direcionar o olhar a uma só direção, a um caminho único, empurrando a diversidade para as bordas, como se houvesse apenas um jeito, e certo, de ser e estar vivendo no planeta terra. Essa ideia de desenvolvimento ganhou amplitude global na metade do século XX, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Trumann, classificou os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos (ACOSTA, 2016). As populações (países) classificados como subdesenvolvidos passaram a sonhar e a mover-se em busca do “desenvolvimento” (ESTEVA, 1996).

Escobar (2014) cita que as estratégias de desenvolvimento pautadas no crescimento econômico de um sistema capitalista não foram suficientes para igualar os países considerados de “terceiro mundo” aos desenvolvidos, resultando num cenário oposto a aquela realidade, com acentuadas desigualdades. O bem estar material, voltado a concepção de um “viver melhor”, para Acosta (2016), nunca será de alcance de todos e todas, tendo essas pessoas afetadas a sua segurança, liberdade e identidade.

Assim como o conceito de Bem Viver, o *Desenvolvimento a Escala Humana*, elaborado por Max-Neef (2012), faz crítica ao modelo único de desenvolvimento ao tratar das necessidades humanas, que para ele, estão divididas em duas categorias:

existencial (Ser, Ter, Fazer e Estar) e axiológicas (necessidades de subsistência proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade). Para o autor, qualquer necessidade humana que seja essencial e que não suprida adequadamente é uma forma de pobreza. Não se trata de observar como um problema específico, mas como problemática complexa que envolvem múltiplas questões.

Para Acosta (2019), vivemos uma crise de civilização manifestada na política, na ética, na alimentação, na cultura e na vida cotidiana por consequência deste modelo de desenvolvimento. Gudynas e Acosta (2011, p.105) citam que, muitos dos projetos impostos nas sociedades ocidentais na busca pelo “desenvolvimento” geraram impactos sociais e ambientais negativos, como as migrações das áreas rurais, desaparecimento de áreas naturais, contaminação urbana, perda de círculos econômicos locais.

Para Gómez-Muller (2018, p. 209–*tradução nossa*), os “modelos econômico, social, e político são percebidos como insustentáveis ecologicamente e socialmente devido as destruições, desigualdades e alienações múltiplas que produzem”, exigindo uma nova perspectiva cultural de modo de vida: uma “mudança civilizatória”. Sampaio, Alcântara e Vieira (2022), ao refletirem a pandemia do Novo Coronavírus, eclodida em 2020, descrevem que, esse evento mostrou a gravidade da crise socioecológica global e escancarou as desigualdades sociais, fazendo-se um momento de oportunidade para se revisar os modos de vida.

Acosta (2019), Gudynas e Acosta (2011), Gómez-Muller (2018), Sampaio, Alcântara e Vieira (2022) criticam o desenvolvimento por esse se colocar como um modelo único e por gerar problemáticas complexas que relacionam as dimensões social, ambiental, cultural, econômica e política. A transformação para uma outra realidade, aonde as pessoas tenham suas necessidades supridas adequadamente, depende da vontade humana de mudança para a transição de uma racionalidade dominante para uma racionalidade da reciprocidade e solidariedade (MAX-NEEF, 2012)

Apesar de vivermos dentro de um modelo dominante, há uma parte da população que vive as margens desse modelo, “meio que esquecidos”, as margens dos rios e oceanos, estão “caiçaras, índios, quilombolas” (KRENAK, 2020, p. 21). Entende-se que os valores humanos e as expressões de sociabilidade, são

priorizados por estes grupos, porém, parece existir o medo coletivo sobre o futuro das relações.

No presente capítulo, para uma leitura da realidade e de perspectiva de futuro, exercita-se uma reflexão sobre o que seria o Bem Viver caiçara. O propósito não é afirmar que o sujeito caiçara, migrante de área rural da baía de Paranaguá ou Guaraqueçaba, residente na Ilha dos Valadares, município de Paranaguá dispõe de um Bem Viver igualmente aos povos originários ou que o Bem Viver deva se tornar um modelo de vida padrão, hegemônico. A ideia é impulsionar o debate e resgatar a esperança num futuro possível de bem viveres a partir da escuta de população que existe em cada lugar, indígena ou não indígena, de comunidade tradicional ou não tradicional, para uma construção coletiva e democrática de Bem Viver ou Viver Bem, numa perspectiva de filosofia de vida.

A discussão deste capítulo não se deve esgotar nele, mas como combustível para ampliar futuras reflexões. Para além da Introdução aqui apresentada e das considerações finais, dividiu-se o capítulo em quatro partes. A primeira contempla a teoria do Bem Viver e conta com as contribuições contribuição Quijano (2005), Walsh (2009), Gudynas (2011), Hidalgo-Capitán (2012), Acosta (2016), Turino (2016) e Sampaio, Alcântara e Vieira (2022). Na segunda parte apresenta os procedimentos metodológicos. Na terceira os resultados são apresentados com a descrição e discussão das entrevistas, e na quarta parte, uma síntese do viver bem caiçara na perspectiva dos entrevistados comparado aos traços do Bem Viver na visão de Walsh (2009), Gudynas (2011) e Acosta (2016).

### 3.1 BEM VIVER: UMA NARRATIVA FILOSÓFICA EM BUSCA DE ALTERNATIVAS AO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO

Na América do Sul uma das correntes de pensamento, que crítica o modelo de desenvolvimento único, e almeja perspectivas para o pós-desenvolvimento é a do Bem Viver. Para além de criticar o modelo de desenvolvimento único do norte global, essa corrente crítica os traços deixados pela colonização europeia desde sua chegada desses no “Novo Mundo”. Traços que marcados pela inferioridade racial, de conhecimento e cultura, de separação dual natureza/sociedade, os quais contribuíram para: “[...] a modernidade e a racionalidade [...] imaginadas como

experiências e produtos exclusivamente europeus” (QUIJANO, 2005, p. 122). Walsh (2009, p. 215 – tradução nossa) menciona que, o padrão de vida da modernidade é produto da colonização, e a ruptura deste padrão deve ser um “ato de descolonização e de libertação para a sociedade como um todo”.

As reflexões a respeito do Bem Viver não são recentes, iniciaram-se em meados do século XX, com avanços na década de 1990 pelos movimentos indígenas e sociais, e pela participação de intelectuais (CHUJI, RENGIFO E GUDYNAS, 2019). Hidalgo-Capitán (2012, p. 48-49) cita que o Bem Viver dialoga em três correntes ideológicas. A indigenista e pachamamista, que segundo o autor, é a originária tendo como característica a “autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver” e dos elementos mágicos-espirituais (pachamama). A segunda corrente, a socialista e estadista, tem a gestão política-estatal e a equidade social como característica.

A terceira corrente, pós-desenvolvimentista e ecologista, tem como utopia e alternativa ao desenvolvimento “construir várias sociedades que cada uma vive sob o Bem Viver próprio que só teria significado dentro de cada sociedade” (IBIDEM), e é neste caminho epistêmico que segue este capítulo. Imaginar sociedades com padrões de vida diferentes parece à primeira vista uma utopia, mas se faz urgente a emergência de outra(s) alternativa(s) ao desenvolvimento, especialmente que freie a “crise socioecológica global” (SAMPAIO, ALCÂNTARA E VIEIRA, 2022).

O Bem Viver expressa o modo de vida tradicional das culturas: *kichwa* (*sumak kawsay*), *suma qamaña* (*aymara*) e *nhandereko* (*guarani*), originárias da região dos Andes, e são conhecidas pelas expressões “*Buen Viver*” (Equador) ou “*Vivir Bien*” (Bolívia) (ACOSTA, 2016), como também “saber viver, viver em equilíbrio e harmonia, respeitar a vida, vida em plenitude, vida plena” (IBIDEM, p. 78). A construção da ideia de um Bem Viver, de acordo com Acosta (2016), se baseia na visão dos povos indígenas, contudo não deve ignorar possíveis contribuições daqueles que vivem de forma comunitária, já que estes encontraram formas de sobreviver dentro do sistema dominante. Gudynas (2011) sinaliza que, as ideias de Bem Viver “são encontradas em outros sistemas mistos ou ambientes multiculturais” (IBIDEM, p. 444 - tradução nossa). Hidalgo-Capitán (2012, p.49) aponta que o Bem Viver, pela corrente pós-desenvolvimentista e ecologista, está conectado as concepções pré-modernas “indígenas, campesinas, sindicalistas, cooperativistas,

solidaristas, feministas, pacifistas, ecologistas, socialistas, teológico-libertadores, descolonial”.

Gudynas e Acosta (2011, p. 103-104 – tradução nossa) citam que, nas cosmovisões indígenas não existe o desenvolvimento como um processo linear, nem metas a serem alcançadas em favor de um “desenvolvimento”, nem a separação homem-mulher da Natureza; tampouco “uma concepção de pobreza como carência de bens materiais ou uma de riqueza entendida como sua abundância”. Uma concepção oposta ao modelo de desenvolvimento único imposto as diversas sociedades.

O Bem Viver, enquanto um projeto emancipador, de acordo com Acosta (2016), se constrói nas relações de harmonia com o eu, com o outro e com a Natureza inspiradas nos princípios de reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade, os quais envolvem valores humanos e espirituais. O autor cita os princípios, não os explica com detalhes, mas apresenta caminhos.

Os princípios básicos de reciprocidade, redistribuição e solidariedade exigem ser construídos em todos os espaços possíveis de vida comunitária, começando nos lares e escolas, além de diversas outras instâncias da vida dos seres humanos (ACOSTA, 2016, p. 192)

Walsh (2009), ao invés de solidariedade defende ser a correspondência a composição dos quatro princípios centrais do Bem Viver. A autora (*tradução nossa*) explica que é por meio da relacionalidade que surgem os demais princípios, correspondência representa o vínculo. A correspondência é o princípio pautado na forma harmoniosa de se relacionar com o diverso, envolvendo o simbólico, o celebrativo, o ritual e o afetivo. O princípio da complementariedade sugere que as coisas não existem por si só, mas como complemento. O princípio da reciprocidade se baseia em relações de todos os tipos.

Por caracteriza-se (fundamentar-se) em quatro princípios, o Bem Viver é um conceito plural, que segundo Gudynas (2011) permite ser construído a partir de diferentes interpretações, variando conforme a cultura, cenário histórico e ecológico.

Elas [ideias de Bem Viver] fazem parte de um grande conjunto de princípios ligados a outros princípios bem conhecidos, como unidade, igualdade, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade social e de gênero, justiça, responsabilidade e assim por diante (GUDYNAS, 2011, p. 443, *tradução nossa*).



Turino (2016) cita que, o Bem Viver está em diversas culturas: no *ubuntu* de filosofia africana, nos mutirões das vilas, favelas ou comunidades rurais, nas rodas de capoeira, nas cirandas, dentre outros. No Brasil, se faz presente no *teko porã* dos guaranis. São formas de bens viveres para conviver em comunidade, demonstrando que não existe uma visão única de Bem Viver (ACOSTA, 2016).

Diante da pluralidade de bens viveres, Gudynas (2011) cita que, existe um conjunto de ideias comuns que permite construir uma fronteira em torno do conceito: crítica ao modelo de desenvolvimento que conduz a alternativas ao desenvolvimento; posição ética pautada em valores estético, cultural, histórico, ambiental e espiritual, os quais não se reduzem a visão utilitarista que reduzem a vida aos valores econômicos; e a Natureza como sujeito de direito. São ideais que contribuem com do Bem Viver tanto na dimensão material (do concreto), quanto na dimensão subjetiva, como menciona o autor:

O Bem Viver como plataforma não é restrito a uma dimensão material, pois é também uma dimensão comum do Bem Viver para compartilhar sentimentos e afetos. O bem viver é expresso nas experiências de alegria e tristeza, em rebelião e compaixão, como ilustrado nas experiências de muitos movimentos sociais (GUDYNAS (2011, p. 445-446, *tradução nossa*)

A ruptura do pensamento eurocêntrico ocidental para a construção de um Bem Viver, de acordo com Gudynas (2011, p. 445), “[...] abre as portas para diferentes conjuntos de entendimentos, racionalidades e sentimentos do mundo”. Acosta (2016, p. 239) descreve que: “superar as visões dominantes e construir novas opções de vida levará um tempo”, porém a busca para superar o modelo de desenvolvimento hegemônico já é um passo para a construção de racionalidades e práticas de Bem Viver. Para o autor (2016, p. 90), “não se pode confundir os conceitos de Bem Viver com o de ‘viver melhor’”, dado que este está relacionado ao progresso material ilimitado, e com o crescimento das diferenças sociais: “recordemos que, para que alguns possam ‘viver melhor’, milhões de pessoas tiveram e têm de ‘viver mal’”.

O Bem Viver, com base em Gudynas e Acosta (2008), tem uma pitada de romantismo e ao mesmo tempo uma dose de realismo, buscando provocar e promover debates nas sociedades com modos de vida hegemônico, para idealizar caminhos alternativos para um outro desenvolvimento, ativado por ancestralidade. Acosta (2016) pontua que, não existe uma receita para essa virada, cada

sociedade vai ter que construir seu Bem Viver com a participação de todos e todas. Para o autor (2016, p. 69), o “Bem Viver é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro, já é uma realidade”.

Não é a intenção do Bem Viver apelar ao “romantismo étnico-cultural” (WALSH, 2009) e tampouco um chamado para viver como no passado (ACOSTA, 2016). Não é considerar todas as práticas socioculturais “tradicionais” como positiva; não é negar toda técnica e conhecimento já construído na sociedade moderna (GUDYNAS, 2011); mas é buscar a partir das experiências vividas e das problemáticas atuais, avaliar o que deu certo e o que deu errado, e propor formas de conter a crise socioambiental a partir de novas visões que priorizem a pluralidade de “mundos”.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, no presente capítulo, é classificada como uma abordagem teórica-empírica qualitativa, cuja realidade que não é possível quantificar por corresponder ao “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Para a abordagem da realidade fez-se o uso da história oral, com entrevistas gravadas, e de um roteiro semiestruturado, para apoiar os diálogos.

O percurso metodológico é apresentado com detalhes no texto Capítulo II: “As sociabilidades dos sujeitos caiçaras, migrantes, na Ilha dos Valadares – PR”.

Resumidamente, a técnica Bola de Neve (Snowball) foi planejada para encontrar possíveis entrevistados. No total foram realizadas 17 abordagens, destas, seis foram entrevistas efetivadas (sendo duas conjunta), quatro não teve interesse em participar e sete não se enquadraram, e quatro tentativas de abordagens, no período de 14 de março a 16 de maio de 2022. Dos entrevistados, houve a negativa de três em fornecer o CPF ou RG pelo medo do uso inapropriado dos dados desses, entretanto os mesmos forneceram suas assinaturas e autorização das informações.

No Quadro 3 abaixo apresenta-se algumas informações fornecidas pelo(a)s entrevistado(a)s que se identificaram como caiçara e migrante do espaço rural de

Guaraqueçaba ou da baía de Paranaguá, critérios subjetivo e concreto para seleção dos entrevistados.

QUADRO 4. DADOS DO(A)S ENTREVISTADO(A)S DA ILHA DOS VALADARES

Entrevistado(a)	Gênero	Idade atual	Estado civil	Local de origem da época da migração para a Ilha dos Valadares	Ano de migração para a Ilha dos Valadares	Idade na época da migração	Tempo de residência na Ilha dos Valadares
A	Homem	84	Casados	Ilhinha – Serra Negra – Guaraqueçaba	1978	40	44
B	Mulher	80				36	
C	Homem	73	Viúvo	Ilha das Peças – Guaraqueçaba	1986	37	36
D	Homem	68	Viúvo	Bertioga - Guaraqueçaba	1982	28	40
E	Homem	75	Casados	Ponta de Ubá – Paranaguá	1981	34	41
F	Mulher	64				23	

FONTE: Elaborado pela autora

As interações em campo ocorreram com indivíduos de faixa etária dos 64 a 84 anos, de forma não proposital, devendo estar relacionado ao local, área residencial, e horário da busca de possíveis entrevistados, que corresponde ao horário comercial.

### 3.3 A PERCEPÇÃO DE UM “VIVER BEM” CAIÇARA DA ILHA DOS VALADARES

Tanto o processo de colonização quanto a de adoção do modelo de desenvolvimento baseado na organização social de produção industrial são, por hipótese, instrumentos, que somados a outros, moldaram a estrutura das sociedades classificadas “em desenvolvimento”, como o Brasil, conseqüentemente, essas decorreram de racionalidades dos indivíduos que nela vivem. Apoiado nas estruturas sociais, o ideal de progresso futuro no Brasil esteve ligado a ampliação das materialidades, tal como narrada pelo entrevistado E ao lembrar da fala de sua mãe, sobressaltando ao ideal de um Bem Viver da pessoa humana.

[...] vá trabalhar, porque aqui não tem futuro, aquela coisa toda. Naquele tempo já exista gente que dizia que não tinha futuro, que sítio não tinha

futuro, e não tem mesmo né, não tem, o cara trabalha e num né, só tem! Aqui o pessoal se emprega né, ainda com tudo né?! (ENTREVISTADO E)

Neste contexto e sentido, o viver bem poderia tornar-se um ideal da pessoa, sendo esse medido numa escala de crescimento. Assim, o viver bem seria relacionado a ampliação das materialidades individuais ao longo da vida.

Na narrativa dos entrevistados A e C, o viver bem é proporcionado por Deus. A saúde, proporcionada por Deus, é que possibilita ganhar dinheiro, o qual é meio para obter comida e vestimenta. Viver bem também está, para o entrevistado A, relacionado a Deus por esse proporcionar o convívio em família. A vida, materializada na saúde e na família, é uma “graça” do “Ser Supremo”. A saúde e a família são os bens (bem) que são agradecidos e aclamados todos os dias ao “Ser Supremo”:

Viver bem é conviver com nossos filhos né, com a família, graças a Deus. Deus da saúde pra nós, a gente ganha dinheiro que dá para comer e se vestir, graças a Deus. Amanhecer todo dia agradecendo a Deus, pela saúde, pelos netos. A gente tem sido abençoado por Deus (ENTREVISTADO A).

Nessa narrativa do entrevistado A, o viver bem está relacionado à continuidade da vida dos seus, devido ao “Ser Supremo”, como se essa tivesse desatrelada do mundo biológico da vida. O mundo biológico, material da vida humana, necessário à manutenção e reprodução da vida, na narrativa, é atrelada ao dinheiro. O dinheiro é referenciado pelo entrevistado como o meio que permite o alimento e a proteção dos corpos. O modo de vida em comunidade, vivenciada pelo entrevistado A no sítio, parece ter sido esquecida frente ao modo de vida urbano, necessário ao “desenvolvimento” desse espaço.

O entrevistado C, em sua narrativa, também demonstra gratidão à Deus: pela vida saudável, que se subentende estar atrelada à saúde e aos relacionamentos com familiares e vizinhos, e pelo trabalho “anterior”, o qual proporcionou manutenção da vida pelas materialidades para si e para os familiares:

Viver bem é ter uma vida boa, saudável, viver bem com os meus filhos, com meus vizinhos, isso é uma vida saudável pra mim. Muito boa pra mim. Eu não reclamo de nada assim, porque graças a Deus, tive um trabalho bom e a gente teve uma vida boa assim, não posso me queixar dela no caso (ENTREVISTADO C).

O trabalho destaca-se na narrativa do entrevistado C, tal como o dinheiro na narrativa do entrevistado A. O trabalho, referenciado no passado pelo entrevistado C, está relacionado ao emprego como estivador durante 20 anos, agora aposentado. Essa forma de manutenção da vida, característica da divisão social do trabalho do modelo de desenvolvimento capitalista (emprego) e que estrutura o urbano, é agraciada à Deus, desatrelada, desconectada de uma organização social específica (relacional) ou de um esforço físico individual. O viver bem narrado pelo entrevistado C, por não fazer menção ao modo de vida do sítio, é decorrente de um modelo específico de desenvolvimento, o da divisão social do trabalho.

Na narrativa do entrevistado D, o viver bem está relacionado à interação entre as pessoas e a posse bens materiais: “[...] você viver bem com o povo, a gente quando veio pra cá não tinha nada, aqui você adquiriu muita coisa, adquiri minha casa, foi bem legal mesmo”. Nesse discurso, o entrevistado D deixa explícito que, quando migrou do espaço rural não tinha nada de material ou dinheiro. A casa foi uma conquista do espaço urbano.

Para o entrevistado E, a saúde, referenciada na liberdade de poder trabalhar, andar e sair, considerando sua idade, é o viver bem:

[...] hoje em dia na idade que já tô e tal, o mais importante de tudo pra mim hoje é a saúde, de ainda poder trabalhar, de ainda poder andar, sair, porque já pensou né, porque eu já vi tanta gente que na minha idade hoje em dia de cadeira de roda, de muleta, outros já foram.

Os entrevistados A, C, D e E trouxeram nas suas narrativas do viver bem, o trabalho (emprego) e o dinheiro como meio para acessar bens, incluindo alimentos, para a subsistência no urbano. Meios que foram acionados por uma racionalidade atrelada ao modelo de desenvolvimento capitalista industrial de produção e distribuição, o qual se impôs como único modo de promover à vida. Na imaterialidade, para os três primeiros, Deus é o responsável por proporciona família e saúde, sentidos de um bem viver, já para o último dos entrevistados, as conquistas estão relacionadas às relações sociais, ao mundo concreto.

As entrevistadas B e F, mulheres, constroem suas narrativas do bem viver sob perspectivas imateriais (subjetivas), as quais decorrem de relações sociais de afetividade. A afetividade, elemento do viver bem por esses, é acionada e aciona princípios de reciprocidade, e segundo Acosta (2016), estão relacionados a valores

humanos e espirituais. Para Walsh (2005), as ações recíprocas são de todos os tipos decorrentes da convivência afetiva, tal como narrada pela entrevistada B:

Viver bem é uma coisa muito bom, porque a gente se dando com as pessoas, tendo carinho, tendo amor com as pessoas, as pessoas têm com a gente também né, e se a gente não falar com ninguém, não conversar, não dá carinho, não dá amor, ninguém dá pra gente. Então a gente dando carinho, dando amor, as pessoas vão tudo é... [retribui]. Quer ser brabo com brabo com outro, fala coisa que não... [deve], ninguém gosta da pessoa. A gente tem que ser carinhoso. (*risos*).

Na mesma direção, a entrevistada F relaciona o viver bem às interações com o Outro, sendo elas mais importantes que os bens materiais: “Viver bem é ser unido, união com todo mundo, andar alegre com todo mundo, paciência com tudo, saúde, e viver contente, porque desse mundo a gente não vai leva né”.

A harmonia com o Outro e com a Natureza, na filosofia do Bem Viver (ACOSTA, 2016), sugere cuidado, o qual aparece na narrativa dos entrevistados C e D, algo necessário a se propagar, porém não comum no lugar onde vivem. O entrevistado C conta: “[...] eu sempre tô limpando, sempre limpo, varro aqui a rua, pra cuidar um pouco né”, mas pontua que tem áreas no Valadares em que a população residente não tem o mesmo cuidado: “[...] deixam a desejar”. Por sua vez, o entrevistado D traz o cuidado com a destinação de resíduos, um conhecimento adquirido que se tornou hábito: “Aqui a gente aprendeu com a mulher (*em memória*) né, separar o lixo do reciclável, tudo separado, o óleo de cozinha que usa, você põe separado, os caras vêm aqui e pegam. A gente não fazia isso, mas você vai aprendendo né”. Os cuidados com o Outro perpassam também pelos cuidados com a Natureza, práticas individuais com impacto no coletivo.

Nos argumentos dos caiçaras da Ilha dos Valadares migrantes da baía de Guaraqueçaba e Paranaguá, o “viver bem” citado pelos homens, está ligado a racionalidade do trabalho em troca de salários, diferentemente dos argumentos das mulheres, expostas ao cuidado da família – do Outro, estimulando princípios de valores humanos, como expostos nas reflexões sobre o Bem Viver.

A percepção de um “viver bem” olhando para o futuro na/da Ilha dos Valadares foi questionado aos entrevistados. O entrevistado A demonstrou preocupação com a falta de solidariedade para com o Outro, e essa atrelada ao dinheiro. Ou seja, na sociedade em questão, o dar ao Outro está atrelado aos ganhos individuais, os quais permitem somente a subsistência individual:

[...] melhora de convivência eu acho que do jeito que tá indo eu acho meio difícil melhorar viu tá muito difícil de entender o povo, porque uns vivem só pra ele, eu acho que pessoas que tem um pouquinho de amor ao próximo, poderia deixar um pouco para ajudar o outro. A gente queria ajudar mais, mas o que a gente ganha as vezes tem que ajudar um filho (ENTREVISTADO A).

A necessidade do entrevistado A ajudar o próximo e os seus filhos pode estar relacionado aos valores sociais (de sociabilidade) concebidos ainda na comunidade rural em que vivia antes de migrar. Nela a ajuda era um fator determinante à subsistência dos indivíduos da comunidade, contudo, no ambiente urbano, a ajuda, para ele, se restringe ao dinheiro, que é o que recebe pelo tempo de trabalho e permite o meio de subsistência nesse ambiente.

A entrevistada B, quando questionada sobre o futuro, disse: “A não sei minha filha, tá muito difícil. A gente tem medo né”. O medo que a entrevistada aponta pode ter relação com a “violência” na Ilha dos Valadares, conforme argumenta o entrevistado B, seu marido: “em seguida matam uma rapaziada, a gente fica triste e com medo né, porque tem os meninos que vão trabalhar a noite”.

A preocupação relacionada ao futuro pelo entrevistado C são as drogas, as quais foram relacionadas ao local que era considerado tranquilo para se viver, e no centro da preocupação deste o(a)s neto(a)s, ou seja, os que terão que conviver com esse problema:

A gente não sabe como será o amanhã, tenho uma netinha de dois anos, nove anos outra com 8 anos, os outros são maiores né. As vezes fico pensando assim, como será né, apesar da gente viver no sítio lá, no caso dificuldade assim, a gente tinha uma vida tranquila, você acordava de manhã, a gente ia pescar, as mulheres ficavam, cuidar das crianças. Hoje já tem uma preocupação na Ilha [dos Valadares] por causa do fumo das drogas, tem muito lá na ilha [das Peças], em toda parte, toda comunidade você encontra hoje, muito difícil (ENTREVISTADO C).

Sucinto na resposta, o entrevistado D argumenta que a Ilha dos Valadares vai “mudar muito”, mas com tom de incerteza sobre ser esse um caminho melhor: “mas do jeito que tá o negócio hein, muito difícil”.

A Ilha do Valadares – PR, espaço que os entrevistados A, B, C e D escolheram para viver, pelos discursos, apresenta transformações socioambientais desde que migraram, essas transformações parecem estar cada vez mais distantes das presentes memórias sobre o lugar e sobre os sítios de onde viveram,

imaginando um “mundo” de mal viver, com a “desesperança” de um futuro “promissor” para o lugar.

### 3.4 SÍNTESE DO “VIVER BEM” CAIÇARA

O **Quadro 5** sintetiza aspectos identificados sobre o conceito de Bem Viver na perspectiva de Walsh (2009), Gudynas (2011) e Acosta (2016) e a percepção de um “viver bem” na narrativa de sujeitos caiçara que vivem no urbano, que apresentam na trajetória temporal-espacial, o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), sendo a migração o processo de mudança espacial e de reconfiguração do modo de vida.

QUADRO 5. SÍNTESE SOBRE ASPECTOS DE UM BEM VIVER E DE UM VIVER BEM

Bem Viver a partir de alguns autores		Viver Bem a partir do sujeito caiçara no urbano	
Walsh (2009)	Princípios: correspondência, relacionalidade, complementariedade e reciprocidade.	<b>Homens</b> Materialidade O dinheiro para atender as necessidades essenciais de subsistência.  O trabalho=posse de bens  Imaterialidade Deus e relações sociais.  A relação com a Natureza algo a se propagar no lugar.	<b>Mulheres</b> Imaterialidade Relações sociais e a afetividade. As relações sociais são mais importantes que os bens materiais.
Gudynas (2011)	Unidade, igualdade, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade, social e de gênero, justiça, responsabilidade.		
Acosta (2016)	Relações de Harmonia com o eu, com o outro e com a Natureza.		
	Princípios de reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade.		
	Valores humanos e espirituais.		

ELABORAÇÃO: a autora.

O sujeito caiçara ao migrar para o urbano adentra a uma outra lógica de modo de vida que difere do rural, mesmo que não desconectado por completo do seu modo de vida anterior. Na percepção dos homens, o viver bem na cidade está relacionada ao dinheiro, sendo este o meio e não o fim, mas essencial para atender



as necessidades de subsistência e adquirir bens, como uma casa. O dinheiro é proveniente do trabalho (emprego), que Deus proporcionou com a saúde para a realização. Ao que parece essa percepção está relacionada a crença do “mundo masculino” de que o homem é o provedor principal da família, por isso presente no discurso dos homens entrevistados. As mulheres, por não terem se inserido ao mercado de trabalho, na lógica divisão social do trabalho, por terem ficado responsáveis pelo cuidado dos seus lares ou de outros, construíram a percepção de um “viver bem” nas subjetividades baseado nas relações sociais e afetividade.

O “viver bem” na percepção caiçara difere do Bem Viver descrito por Walsh (2009), Gudynas (2011) e Acosta (2016), quando se tem na materialidade a dependência do sistema atual, capitalista, que é o gerador das desigualdades socioambientais e propulsor da crise socioecológica. Esses sujeitos caiçaras, no tempo que residiam a área rural, não tinham essa dependência plena do dinheiro para subsistência, retiravam da natureza o que precisava, comprando somente o que não conseguia produzir; havia a partilha e solidariedade no sistema da lógica das reciprocidades nas sociabilidades. Entretanto, quando comparado o “viver bem” e o Bem Viver nas subjetividades, os sujeitos caiçaras partilham a ideia das relações sociais que envolvem a solidariedade e a harmonia com o Outro, que estão ligadas aos valores humanos e espirituais (Acosta, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos caiçaras que vive no urbano, homens e mulheres, migrantes da baía de Paranaguá ou Guaraqueçaba, estão inseridos no modelo atual de desenvolvimento que produz desigualdades, este que disseminou a ideia de ser o rural o “atrasado” e o urbano, o desenvolvido. No contexto histórico, o caiçara é o sujeito que surge da miscigenação do europeu com o indígena, no período de colonização do Brasil, hierarquizado e eurocêntrico, o caiçara sofreu a exclusão socioeconômica, sobrevivendo dentro de um sistema dominante, desde o começo da sua existência.

De ancestralidade híbrida, que durante a história também tem traços étnico-raciais negros, o caiçara construiu modos de vida ligado a terra e mar, vivendo em comunidades de característica semi-isoladas, com relações de vizinhança e

reciprocidades, um modo de bem viver. A migração para a cidade surge pela atração pelas benesses que a cidade proporciona ou impulsionada por conflitos de uso da terra a partir das restrições ambientais ou da especulação imobiliária nas praias.

Considerando que cada sociedade tem sua percepção de viver bem, constituindo a diversidade de bem viveres, o caiçara migrante tem a sua percepção baseada na materialidade, racionalidade dominante imposta de um modelo de desenvolvimento único e nas subjetividades, a partir das relações sociais pautada na afetividade e harmonia com o Outro, que se desenvolve dentro das relações familiares e entre iguais. Algumas relações sociais constituídas nas comunidades rurais parecem ter sobrevivido no urbano, especialmente as mulheres que não tiveram o mesmo tipo de vínculo com o trabalho que os homens na cidade. O afeto aparece como o alicerce das relações, o que se transforma em solidariedade e reciprocidades. Assim, o “viver bem” está associado ao Bem Viver pela afetividade, um de seus princípios relacionados ao cuidado com o Outro e também com a Natureza.

O “viver bem” do sujeito caiçara, no espaço urbano, se traduz na solidariedade para com o Outro, entretanto se limita ao dinheiro associado aos ganhos individuais, proveniente da aposentadoria ou salário. No rural, a ajuda ao Outro ou coletivamente, se limitava ao tempo e as reciprocidades. Sem dinheiro o sujeito caiçara não atende suas necessidades e nem consegue dar suporte ao Outro quando possível.

O cuidado com a Natureza do lugar que se vive, também é uma forma de demonstrar o cuidado com o Outro, e está relacionado com conviver em harmonia com a Natureza. Na cidade, a Natureza sofre degradação em escala, devido as intensas concentrações: o ar poluído pelos meios de transportes e fábricas; as águas dos rios e do mar pelo “lixo” e pela “falta de saneamento”; entre outros. O cuidado com a Natureza na Ilha dos Valadares não é diferente, mas ações humanas, baseadas no direito da Natureza, geraria reciprocidades e a ampliação de iniciativas coletivas, base para a mudança da racionalidade ambiental, que prevê a construção de uma forma de viver harmoniosamente com a Natureza, pautada na solidariedade em prol da justiça ambiental.

Apesar de um “viver bem” no urbano ter sido identificado pelos entrevistados, há “desesperança” quanto ao futuro na Ilha dos Valadares, já que a

violência e as drogas são associadas a um mau viver, geradora de desequilíbrio sociais no lugar, ou seja, reflete-se a partir das narrativas dos sujeitos caiçaras que a construção de um Bem Viver não acontecerá pelo comportamento de pessoas e de suas práticas que prejudicam o Outro, afastados dos valores humanos e espirituais. Sem a harmonia consigo, com o Outro e a Natureza, não se tem Bem Viver.

A Ilha dos Valadares é um ambiente que residem sujeitos caiçaras migrantes, na maioria pessoas com mais idade, filhos e netos de caiçaras e pessoas não caiçaras. Os modos de vida trazidos por estes sujeitos caiçaras territorializados no urbano são fontes de inspiração para que a população local construa seu Bem Viver ou bem viveres, rompendo com o medo e construindo relações por afeto com o Outro e a Natureza.

O Bem Viver, como cita Acosta (2016) é aflorado em espaços comunitários, assim, os princípios a serem validados socialmente precisam ser dialogadas nas escolas, por ser esse um dos primeiros espaços de socialização dos indivíduos, fora do espaço da família.

A presente reflexão deve servir de oportunidade para a sensibilização para engajamento coletivo de grupos culturais. Para promover insurgências de seus indivíduos que vivem em busca de um desenvolvimento, envolvidos no mito do desenvolvimento. Para o Bem Viver, os princípios de reciprocidade, relacionalidade, complementariedade, solidariedade (ACOSTA, 2016) ou correspondência (WASH, 2009) precisam ser exercitados e reivindicados para que integrem a constituição de seu povo.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. 2º reimpressão. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016

\_\_\_\_\_. Post-economia. In: **Pluriverse: a post-development dictionary**. Editores: Ashish Kothari, Ariel Aalleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta. New Delphi - India: Tulika Books: 2019. p. 280-283.

BRASIL. **DECRETO nº 6.040/2007** - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato20072010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/decreto/d6040.htm)> acesso em 01 de junho de 2022.

CHUJI, Mónica; RENGIFO, Grimaldo; GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir. In: **Pluriverse: a post-development dictionary**. Editores: Ashish Kothari, Ariel Aalleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta. New Delhi - India: Tulika Books: 2019. p. 111-114.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: 1991. Xerox.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Diversidade biológica e culturas tradicionais caiçaras: o caso das comunidades caiçaras**. Série documentos e relatórios de pesquisa – nº 5. 4º Conferência da UICN União Mundial para Conservação da Natureza. Costa Rica, 1988. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/DiversidadeBio%20%26%20CultTrad015.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Esboço da história ecológica e social caiçara. In: **Enciclopédia caiçara. Vol.4: história e memória caiçara**. Org., Antonio Carlos Diegues. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005. P.273 a 320.

\_\_\_\_\_. **Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá**. Não publicado. Acervo digital Nupaub/USP, S/D. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Diversidade%20biol%C3%B3gica%20e%20cultural%20no%20Complexo%20Estuarino%20Lagunar%20de%20Iguape.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. Traductora Diana Ochoa. 2da. Edición Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: **Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder**. Editor W. SACHS. PRATEC, Perú, 1996 (primera edición en inglés en 1992). p. 52-79.

FURTADO, Celso. **Essencial**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. (p. 167-175 – O mito do desenvolvimento econômico).

GÓMEZ-MULLER, Alfredo. El vivir bien: una crítica cultural del capitalismo. **Ciencia política**. Vol. 13, nº25 ENE-JUN 2018. P.199-222.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Today's tomorrow. **Development**, 2011, 54(4), (441–447).

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: **LA MEDICIÓN DEL PROGRESO Y DEL BIENESTAR. Propuestas desde América Latina**. Mariano Rojas, coord. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC, México DF (México), 2011. P. 103-110.

\_\_\_\_\_. El buen vivir mas allá del desarrollo. **QUEHACER**, Desco, 2008. P. 70-81.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. **El Buen Vivir: La (re)creación del pensamiento del PYDLOS**. 1º Ed. Ecuador: PYDLOS Ediciones – Universidad de Cuenca, 2012.

LOURENÇO, Ana Paula Nascimento. **Entre becos e marés: Ilha dos Valadares, Africanidades e a territorialidade caiçara**. Dissertação (mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Instituto Federal do Paraná - Paranaguá, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª edição. São Paulo: Companhia de Letras, 2020.

MARTINS, Patrícia. **Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeca: Uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189951/PASO0447-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MENDES, Eveline Tenório; HALISKI, Antonio Marcio. Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da ilha. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 10, n. 2, p. 133-146, jul./dez. 2017. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/51495/34902>> acesso em 10 de fevereiro de 2021.

MICHAELIS (dicionário virtual). **Caiçara**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cai%C3%A7ara/>> acesso 18 de julho de 2022.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecilia Souza (organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Bem viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid-19. **Desenvolv. e Meio Ambiente**. Vol. 59, p. 162-181, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/74145/46382>> acesso 08 de julho de 2022.

SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Record, 2001.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: **O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos**. Alberto Acosta. Tradução: Tadeu Breda. 2º reimpressão. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.

## SINTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação inspirada a contestar o reducionismo cultural, que muitos autores afirmam, ter decorrido de um modelo de desenvolvimento único, tem sua pesquisa voltada numa parcela da população brasileira. Apresenta como objetivo geral colocar em diálogo o caiçara, indivíduo de população tradicional, mas que vive no urbano, com conceitos estruturantes do pós-moderno: territorialidade, sociabilidade e Bem Viver.

O desafio do primeiro capítulo foi identificar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) do sujeito caiçara, sem a intenção de criar um sujeito genérico nem processo etapista, mas a evidência de traços comuns de individuais de comunidades caiçaras, explorando o modo de vida específico e a prevalência (ou não) desse no sujeito pelos processos TDR. A revisão bibliográfica permitiu identificar traços comuns que marcam a territorialização caiçara, como a produção para a subsistência, a distribuição e a troca (de excedentes); produção para a subsistência, a distribuição e a troca (excedentes); base alimentar da agricultura itinerante, extrativismo, pesca/caça; organização do trabalho em mutirões; sociabilidade pautada nas relações em família e vizinhança; compartilhamento de alimentos e bailes em festejos coletivos. A territorialização marca o modo de vida de comunidades caiçaras.

No que se refere a desterritorialização do sujeito caiçara, ligada a migração para a cidade, constatou-se na revisão bibliográfica traços comuns provocados por fatores externos, como a imposição de restrições ambientais; especulação imobiliária; deslocamento da comunidade em busca da educação escolar, do atendimento hospitalar à saúde e do trabalho assalariado. A desterritorialização, enquanto processo sem deslocamento, tem-se a redução de mutirões, a instalação de igrejas evangélicas nas comunidades e a redução dos festejos (fandango). Neste caso, a desterritorialização pode ser identificada no sentido concreto do deslocamento geográfico, como subjetivo, quando práticas comuns do modo de vida da comunidade vão enfraquecendo.

Na reterritorialização do sujeito caiçara na cidade, os traços comuns identificados foram: o salário como remuneração pelo trabalho; o dinheiro como meio de troca para a subsistência; a ajuda ou cuidado com o outro; os saberes sendo utilizados para a confecção de barcos; a superação dos medos. Na

reterritorialização o caiçara aciona valores pelas suas práticas materiais e imateriais anteriores, ao mesmo tempo reterritorializa-se ao adotar outros valores pelas práticas inerentes ao ambiente da cidade.

No segundo capítulo desenvolveu-se a pesquisa empírica, de cunho qualitativo, com sujeitos que se identificavam caiçaras, migrantes, da baía de Guaraqueçaba ou Paranaguá e que residiam na Ilha dos Valadares, município de Paranaguá (PR). Teve como objetivo investigar expressões de sociabilidades narradas por sujeitos caiçaras, migrantes, cujas memórias transitam entre o passado e o presente.

A metodologia da História Oral permitiu o diálogo com os entrevistados e para chegar a eles planejou-se utilizar da técnica Bola de Neve (*Snowball*), entretanto, não ocorreu como se esperava. Ao invés da indicação de outra pessoa, ocorreu a indicação de localidade onde seria possível encontrar o perfil requerido como público da pesquisa, o que parece ter sido uma inovação pelo recorrente na pesquisa. No total foram efetivadas 17 abordagens, destas efetivou-se seis entrevistas, e quatro abordagens sem êxito. As entrevistas ocorreram com indivíduos de faixa etária entre 64 a 84 anos, isso porque os mesmos se enquadraram nos critérios da pesquisa.

Como resultado, evidenciou-se que existe traços de sociabilidade rural presentes nas sociabilidades que se manifestam no espaço urbano, mesclam-se, sem fazer perder a identidade de ser um sujeito caiçara. Notória são as sociabilidades entre iguais, - entre pessoas que tem traços semelhantes de história de vida-, e com terceiros, - pessoas não caiçaras, na subjetividade. A harmonia na relação com o Outro é evidenciada nas práticas dos caiçaras entrevistados mesmo no espaço urbano. As reciprocidades simétricas positivas, entre iguais ou para com terceiros, nesse espaço são invadidas pelo medo, gerando relações assimétricas, especialmente evitando relação que levem ou geram a violência urbana.

No terceiro artigo, buscou-se exercitar a reflexão sobre o que seria o Bem Viver caiçara frente a modernidade. Na metodologia utilizou-se de revisão teórica e pesquisa empírica, com narrativas dos seis entrevistados que se identificaram caiçara. Do resultado, apesar de um “viver bem” no urbano ter sido identificado pelos entrevistados através das sociabilidades, no cuidado com o Outro, na afetividade, há “desesperança” quanto ao futuro na Ilha dos Valadares, já que a violência e as drogas são associadas a um mau viver, geradora de desequilíbrio sociais. O Bem



Viver, como cita Acosta (2016) é aflorado em espaços comunitários, assim, os princípios a serem validados socialmente precisam ser dialogadas nas escolas, por ser esse um dos primeiros espaços de socialização dos indivíduos, fora do espaço da família.

Como considerações finais desta dissertação, reflete-se que são necessários diálogos pautadas nos princípios de Bem Viver, para além da academia, que adentre a todos os espaços coletivos de convivência. A pesquisa empírica evidencia que há princípios do Bem Viver na Ilha dos Valadares, mas também, o mau viver, o que gera insegurança sobre o futuro. Nossas histórias são construídas todos os dias, e porque não construir histórias de “bens viveres” pautado na harmonia com o Outro e também com a Natureza? O Bem Viver instiga a possível imaginar outros mundos com filosofias de vida baseadas nos princípios da reciprocidade, solidariedade, relacionalidade e complementariedade.

Talvez essa pesquisa se torne inspiradora para outros pesquisadores, motivação para construção de projetos de pesquisas e de extensão. O Bem Viver enquanto uma construção epistemológica dá a oportunidade de dialogar com as possibilidades de saídas da crise socioecológica que se apresenta global, a partir da escuta da população que vive as margens do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS GERAIS

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26205/TESE%2BCOMPLETA%2BCINTHIA%2BSENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. 2º reimpressão. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

\_\_\_\_\_. Post-economia. In: **Pluriverse: a post-development dictionary**. Editores: Ashish Kothari, Ariel Aalleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta. New Delhi - India: Tulika Books: 2019. p. 280-283.

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2000, V. 43 nº 1. P. 145-182.**

\_\_\_\_\_. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses P. de Albuquerque (org.). Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002. P. 27-43.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (org.) 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto: 2008. p.155-202

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução à democracia radical de Marx, pensador da modernidade (capítulo1). In: O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.040/2007** - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> acesso 08 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **PORTARIA SPU/SEDDM/ME Nº 9.825, DE 12 DE AGOSTO DE 2021**. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-spu/seddm/me-n-9.825-de-12-de-agosto-de-2021-338589709> > acesso em 01 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. **Painel Coronavírus**. Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/> > acesso em 27 de julho de 2022.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CHUJI, Mónica; RENGIFO, Grimaldo; GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir. In: **Pluriverse: a post-development dictionary**. Editores: Ashish Kothari, Ariel Aalleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta. New Delhi - India: Tulika Books: 2019. p. 111-114.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: 1991. Xerox.

CONSENTINO, André. et.al., **Ilha dos Valadares (baía de Paranaguá)**. Curitiba: imprensa da UCP, 1982. Xerox.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais caiçaras: o caso das comunidades caiçaras**. Série documentos e relatórios de pesquisa – nº 5. 4º Conferência da UICN União Mundial para Conservação da Natureza. Costa Rica, 1988. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/DiversidadeBio%20%26%20CultTrad015.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Diversidade biológica e cultural no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá**. Não publicado. Acervo digital Nupaub/USP, S/D. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Diversidade%20biol%C3%B3gica%20e%20cultural%20no%20Complexo%20Estuarino%20Lagunar%20de%20Iguape.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Esboço da história ecológica e social caiçara. In: **Enciclopédia caiçara. Vol.4: história e memória caiçara**. Org., Antonio Carlos Diegues. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005. P.273 a 320.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da Natureza intocada**. 6º edição ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2008. Disponível em < <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. 2º ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1978.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. Traductora Diana Ochoa. 2da. Edición Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: **Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder**. Editor W. SACHS. PRATEC, Perú, 1996 (primera edición en inglés en 1992). p. 52-79.

FUNPAR, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá**. Vol1. Análises temáticas e diagnóstico. 2007. Disponível em: <[https://www.paranagua.pr.gov.br/plano\\_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDI%20%20Volume%20I%20An%C3%A1lise%20e%20Diagn%C3%B3stico.pdf](https://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDI%20%20Volume%20I%20An%C3%A1lise%20e%20Diagn%C3%B3stico.pdf)> acesso em 16 de março de 2022.

FURTADO, Celso. **Essencial**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. (p. 167-175 – O mito do desenvolvimento econômico).

GIDDENS, ANTHONY. **Sociologia**. 6ed. Tradução de: Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos, Vasco Gil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008 (tradução do original inglês Sociology, 4ª edition).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GÓMEZ-MULLER, Alfredo. El vivir bien: una crítica cultural del capitalismo. **Ciencia política**. Vol. 13, nº25 ENE-JUN 2018. P.199-222.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Today's tomorrow. **Development**, 2011, 54(4), (441–447).

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: **LA MEDICIÓN DEL PROGRESO Y DEL BIENESTAR. Propuestas desde América Latina**. Mariano Rojas, coord. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC, México DF (México), 2011. P. 103-110.

\_\_\_\_\_. El buen vivir mas allá del desarrollo. **QUEHACER**, Desco, 2008. P. 70-81.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. Disponível em: <<http://www.eduff.uff.br/ebooks/Des-territorializacao-e-identidade.pdf>> acesso em 20 de jul. de 2021.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. **El Buen Vivir: La (re)creación del pensamiento del PYDLOS**. 1º Ed. Ecuador: PYDLOS Ediciones – Universidad de Cuenca, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 1.8 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010**. Disponível em: <

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> > acesso em 21 de junho de 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de registro do fandango caiçara**. Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caiçara.pdf> > acesso em 10 de fevereiro de 2021.

	<b>Certidão</b>	<b>do</b>
<b>Fandango</b>	<b>Caiçara.</b>	2013.
		Disponível
		em:
< <a href="http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certid%C3%A3o_FANDANGO_CAI%C3%87ARA(1).pdf">http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certid%C3%A3o_FANDANGO_CAI%C3%87ARA(1).pdf</a> > acesso em 01 de abril de 2022.		

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Edição 2020. Livro digital. Disponível em: <[http://www.culturadobemviver.org/pdf/Caminhos para a cultura do Bem Viver Ailton Krenak.pdf](http://www.culturadobemviver.org/pdf/Caminhos_para_a_cultura_do_Bem_Viver_Ailton_Krenak.pdf) > acesso em 04 de setembro de 2021b.

LANGOWISKI, Vera Beatriz Ribeiro. **Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá**. Acervo digital Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá – IHGP.

LOURENÇO, Ana Paula Nascimento. **Entre becos e marés: Ilha dos Valadares, Africanidades e a territorialidade caiçara**. Dissertação (mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Instituto Federal do Paraná - Paranaguá, 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: Terra e População**: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. 2. ed. – São Paulo: Edusp, 2006.

MARTINS, Patrícia. **Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeca: Uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189951/PASO0447-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> > acesso em 05 de agosto de 2021.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MENDES, Eveline Tenório; HALISKI, Antonio Marcio. Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da ilha. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 10, n. 2, p. 133-146, jul./dez. 2017. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/51495/34902> > acesso em 10 de fevereiro de 2021.

MENDONÇA, Francisco; LIMA, Myrian Del Vecchio De. A cidade sob o enfoque socioambiental: Curitiba e região metropolitana como lócus de uma abordagem interdisciplinar da urbanização em vista da relação sociedade- natureza. p.11-25 In: **A cidade e os problemas socioambientais urbanos** [recurso eletrônico]: uma perspectiva interdisciplinar / Francisco Mendonça, Myrian Del Vecchio de Lima, organizadores. – Dados eletrônicos. – Curitiba: Ed. UFPR, 2020. Disponível em: <[https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/12/A-cidade-e-os-problemas-socioambientais\\_digital.pdf](https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/12/A-cidade-e-os-problemas-socioambientais_digital.pdf)> acesso em 21 de junho de 2022.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. **Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande de Cajaíba/ Paraty, RJ.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-22112011-165906/publico/marinadeoliveiramendonca.pdf> > acesso em 05 de agosto de 2021.

MICHAELIS (dicionário virtual). **Caiçara.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cai%C3%A7ara/>> acesso 18 de julho de 2022.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecilia Souza (organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara.** Org. Edgard Carone. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NEGRÃO, Francisco de Paula. **Memória Histórica Paranaense.** Imprensa Paranaense: Curitiba. 1934. Acervo digital Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá – IHGP.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia – Itatins/SP.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-12082004-153758/publico/Dissertacao.pdf> > acesso em 05 de agosto de 2021.

PAES, Silvia Regina. **Espaço da vida, espaço da morte na trajetória.** 1998. Mestrado (Dissertação em sociologia). Universidade Estadual Paulista. Araraquara – SP, 1998. Disponível em <<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Silvia%20Regina%20Paes.pdf> > acesso em 20 de fevereiro de 2021.

PARANAGUÁ. **Ilha dos Valadares passa a pertencer à Paranaguá.** Reportagem: 06 de novembro de 2021a. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia891.html>> acesso em 16 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Processo de regularização fundiária da Ilha dos Valadares começará em janeiro.** Reportagem: 08 de dezembro de 2022b. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia981.html>> acesso em 16 de março de 2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outros horizontes para a geografia da vida, pela dignidade e pelo território. In: **Geografias das R-existências.** Organizadores: Dilermando Cattaneo, Marcelo Argenta Câmara, Renata Ferreira da Silveira. Ponta Grossa-PR: Mostro dos Mares, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2ªEd. São Paulo: Companhia de letras, 1995.

ROCHA, Jhulielli da. **Modos de vida, sistemas alimentares e transformações: os caiçaras de Barbados, Paraná, Brasil.** 2017. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185586/PNTR0206-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

SABOURIN, Eric. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas.** TOMO. São Cristóvão -SE. Nº VII, 2004.

\_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011a, p. 24-51.

\_\_\_\_\_. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011b.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional.** Edição 5ª. Editora Nacional: Brasília, 1987. Brasileira, v.380.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Bem viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid-19. **Desenvolv. e Meio Ambiente.** Vol. 59, p. 162-181, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/74145/46382>> acesso 08 de julho de 2022.

SANCHES, Rosely Alvim. **Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Editora Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSIO, Eliseu Savério. (Orgs.). In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73 – 94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192p.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org. da coletânea); tradução Carlos Alberto Pavanelli et.al. São Paulo: Ática, 1983.

TEMPLE, Dominique. **Les origines anthropologiques de la réciprocité**. 1989. Disponível em: <[http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite\\_2&id\\_article=17](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=17)> acesso em 03 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Por que precisamos de outra lógica. Tradução de Eric Sabourin. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 2, 2011: 257-269

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: **O bem viver: uma oportunidade para pensar outros mundos**. Alberto Acosta. Tradução: Tadeu Breda. 2º reimpressão. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>> acesso em 11 de agosto de 2021.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.

YAMAOKA, Juliana Greco. **Resistência pela permanência no território: o caso da comunidade caiçara da enseada da baleia, Cananéia – SP**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável). Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2019. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65126/R%20-%20D%20%20JULIANA%20GRECO%20YAMAOKA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> acesso em 05 de agosto de 2021.

REPORTAGENS



CHRISTENSEN, JEN. **Novos estudos apontam que animais vendidos em mercado de Wuhan causaram pandemia de Covid.** CNN Brasil, 2022. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/novos-estudos-apontam-que-animais-vendidos-em-mercado-de-wuhan-causaram-pandemia-de-covid/> > acesso em 27 de julho de 2022.

DANTAS, Carolina; GARCIA, Mariana. **Onda de calor na Europa: entenda as causas e a relação com a crise do clima e o aquecimento dos polos.** G1, 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/07/19/onda-de-calor-na-europa-entenda-as-causas-a-influencia-das-mudancas-do-clima-e-a-relacao-com-o-aquecimento-dos-polos.ghtml> > acesso em 27 de julho de 2022.

LOPES, Nathan. **100 dias de guerra na Ucrânia: Quando acaba? O que a Rússia quer?** Uol, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/06/03/russia-ucrania-100-dias-de-guerra.htm>> acesso em 27 de julho de 2022.

OLIVEIRA, João José. **Brasil sai da pandemia mais desigual, e vai piorar, dizem economistas.** Economia Uol, 2022. Disponível em < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/19/brasil-sai-da-pandemia-mais-desigual-e-quadro-vai-piorar-dizem-economistas.htm> > acesso em 27 de julho de 2022.

**ANEXO 1 – FOTOS DE CAMPO NA ILHA DOS VALADARES**